



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

TALITA FRANÇA ROZA

**TERRA INDÍGENA XAPECÓ – ETNOPAISAGEM E FRONTEIRAS NO OLHAR DA
HISTÓRIA AMBIENTAL (1967-2009)**

**CHAPECÓ
2022**

TALITA FRANÇA ROZA

**TERRA INDÍGENA XAPECÓ – ETNOPAISAGEM E FRONTEIRAS NO OLHAR DA
HISTÓRIA AMBIENTAL**

Trabalho apresentado ao Curso de
Licenciatura em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul
como requisito parcial para a aprovação
do Componente Curricular de TCC 2.

Orientadora: Samira Peruchi Moretto

CHAPECÓ

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Roza, Talita França
TERRA INDÍGENA XAPECÓ: ETNOPAISAGEM E FRONTEIRAS NO
OLHAR DA HISTÓRIA AMBIENTAL (1967-2009) / Talita França
Roza. -- 2022.
62 f.:il.

Orientadora: Dra. Samira Peruchi Moretto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2022.

1. Terra indígena Xaçecó, etnopaísagem, fronteiras e
Marco temporal.. I. , Samira Peruchi Moretto, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TALITA FRANÇA ROZA

**TERRA INDÍGENA XAPECÓ – ETNOPAISAGEM E FRONTEIRAS NO OLHAR DA
HISTÓRIA AMBIENTAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 13/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Samira P. Moretto

Dra. Samira Peruchi Moretto - UFFS (orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARLON BRANDT
Data: 16/08/2022 20:23:36-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Dr. Marlon Brandt - UFFS

Leandro Moreira Cruz

Me. Leandro Moreira Cruz

Michely C. Ribeiro

Mestranda. Michely Cristina Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Dedicado a minha família materna, que tem ancestralidade indígena e reside a vida inteira dentro do etnoterritório indígena e da Terra indígena Xaçecó, nas cidades da região do Alto Irani e suas fronteiras culturais, primeiro Ipuacu, antes de ser emancipada, Bela Vista (Toldo Formigas) depois Abelardo Luz, e atualmente retornamos à Ipuacu. Família que é fruto do estupro da mulher indígena no processo de colonização, fomentado pelo Estado. Minha mãe, Marli de Fatima Alves França, minha avó, a cabocla Maria Do Nice Alves França, agradeço por todo conhecimento repassado oralmente, já que não foi alfabetizada.. Minha biza, Isolina França. Minha tataravó, Sebastiana de Arruda e sua mãe indígena, que foi caçada no mato com cachorro, sem nome. Meu irmão, Diego Tiepo, que me ensina todos os dias. Além de todos meus tios e tias, especialmente a Ivanilde Sutil, pelos primeiros cadernos.

Agradeço a todos os educadores (as) que passaram pela minha existência, desde o primário até o ensino superior, em especial a todos os membros (as) do Laboratório de História Ambiental, Fronteiras. Especialmente, o Dr. Claiton Marcio da Silva e da professora Dr. Samira Peruchi Moretto que desde 2016 quando ingressei no ensino superior, trilhamos um processo acadêmico de parceria e aprendizagem, cheio de desafios e foram grandes estimuladores e ótimos professores, dos quais levarei para vida.

Gostaria de pontuar minha gratidão a todos os amigos e amigas que foram o pilar para estar no final do curso de Licenciatura em História, especialmente meu amigo Bernardo André Mantovani, que sempre me estimulou e nunca largou minha mão. Assim como Misael Bruno de Oliveira, amigo de infância e sua família que sempre me deram suporte emocional para continuar. Também na extensão das amigas Beatriz Fernanda, Fernanda Pinheiro, Marília Amorim e Gabriela Serena, agradecer outras tantas mulheres incríveis, além dos demais amigos e amigas das quais seria impossível citar aqui, bem como chegar a este momento sem seus suportes, e o acesso a educação pública, sintam-se abraçados (as).

Agradeço aos amigos e amigas da Terra indígena Xaçecó que abriram suas vidas para receber, e repassar conhecimentos que possibilitaram a construção da presente pesquisa, especialmente Me. Marcio Pinheiro, amigo de longa data, antes de seguirmos as Licenciaturas acadêmicas, me convidou para fazer parte do projeto Ação Saberes Indígenas. Projeto de professores-pesquisadores e lideranças da TI Xaçecó, e toda a comunidade.

RESUMO

O presente trabalho destinado a finalização do curso de Licenciatura em História, tem por objetivo fazer uma análise não totalizadora da Terra Indígena Xaçecó, no viés da História Ambiental entre 1967-2009. A partir do conceito de Fronteiras e etnopaisagem elucidar as transformação dos habitus e do modus vivendi da identidade indígena dentro do etnoterritório, buscando compreender através do método de pesquisa interdisciplinar, os desdobramentos socioambientais e culturais do Marco Temporal. Através de fontes judiciais, cartográficas, contratos de arrendamento, periódicos e fontes audiovisuais que permitam elucidar as transformações no território e na legislação. Com isso fazer uma análise crítica das transformações nas fronteiras judiciais e culturais dentro do etnoterritório, com ênfase na cultura predominante da etnia Kaingang.

Palavras chave: Terra indígena Xaçecó, etnopaisagem, fronteiras e Marco temporal.

ABSTRACT

The present work, aimed at completing the Degree in History, aims to make a non-totalizing analysis of the Xaçecó Indigenous Land, in the bias of Environmental History between 1967-2009. From the concept of Borders and ethnolandscape to elucidate the transformation of the habitus and modus vivendi of the indigenous identity within the ethnoterritory, seeking to understand through the interdisciplinary research method, the socio-environmental and cultural unfolding of the Time Frame. Through judicial sources, cartographic, lease agreements, periodicals and audiovisual sources that allow to elucidate the transformations in the territory and in the legislation. With this to make a critical analysis of the transformations in the judicial and cultural borders within the ethnoterritory, with emphasis on the predominant culture of the Kaingang ethnicity.

Keywords: Xaçecó indigenous land, ethnolandscape, borders and time frame

RESUMEN

El presente trabajo, destinado a culminar la Licenciatura en Historia, tiene como objetivo realizar un análisis no totalizador de la Tierra Indígena Xapecó, en el sesgo de la Historia Ambiental entre 1967-2009. A partir del concepto de Frontera y etnopaisaje para dilucidar la transformación del habitus y modus vivendi de la identidad indígena dentro del etnoterritorio, buscando comprender a través del método de investigación interdisciplinar, el desdoblamiento socioambiental y cultural del Marco Temporal. A través de fuentes judiciales, cartográficas, contratos de arrendamiento, periódicos y fuentes audiovisuales que permitan dilucidar las transformaciones en el territorio y en la legislación. Con esto hacer un análisis crítico de las transformaciones en las fronteras jurídicas y culturales dentro del etnoterritorio, con énfasis en la cultura predominante de la etnia Kaingang.

Palabras clave: Tierra indígena Xapecó, etnopaisaje, fronteras y marco temporal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Recibo de arrendamento de “capoeiras” pelo SPI na TI Xaçecó, em 1943.....	23
Figura 2: Situação legal das Glebas de Terra da TI Xaçecó.....	26
Figura 3: Decreto de Terras e Demarcação da TI Xaçecó pela Comarca de Xanxerê em 1995.....	40

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização TI Xapecó no bioma Mata Atlântica e no contexto da Floresta de Araucária.....	11
Mapa 2: Mapa Fitogeográfico de Santa Catarina.....	35
Mapa 3: Redução e homologação da TI xapecó.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF 88: Constituição Federal de 1988

FED: Floresta Estacional Decidual

FLONA ou FOM: Floresta Ombrófila Mista

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

MPF: Ministério Público Federal

OIT: Organização nacional do Trabalho

PI: Posto Indígena

PL: Projeto de Lei

PRODEC: Projeto de Desenvolvimento comunitário

PRONAF: Programa Nacional de Agricultura Familiar

SPI: Serviço de proteção ao índio

SPILTN: Serviço de proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores nacionais

STF: Supremo Tribunal Federal

TI: Terra indígena

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CAPÍTULO 1 -	21
2.1 DEMARCAÇÃO E ESPAÇO.....	21
2.2 LOCAL E LEGISLAÇÃO.....	42
3 CAPÍTULO 2: A TERRA INDÍGENA XAPECÓ E O MARCO TEMPORAL.	46
3.1 A TERRA INDÍGENA DOCUMENTADA.....	46
3.2 TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES E CONCEPÇÕES DE TEMPO.....	51
3.3 MARCO TEMPORAL NA TERRA INDÍGENA XAPECÓ	53
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
5 FONTES.....	64

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise histórica da Terra indígena Xapecó, por método da História Ambiental, entre as décadas de 1967-2009. Tratando o recorte da década de 1967¹, momento de reestruturação política da FUNAI, tendo como marco o Estatuto do índio² no Governo Militar LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973, fruto de acirramento das demandas por movimentos sociais em torno dos movimentos indígenas, e ambientais que ressonam em movimentos populares que inclusive afetam a mentalidade de diferentes áreas das ciências desde os anos 1970.

A terra indígena Xapecó está localizada no oeste de Santa Catarina, as fronteiras são mais que linhas físicas ou artificiais que separam áreas geográficas, conhecidas principalmente por serem limites políticos e separarem países. Uma fronteira também descreve a área controlada por um poder administrativo ou político, entretanto, para além disso, são “fronteiras de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização(...), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, sobretudo, fronteira do humano” (MARTINS, 2009, p. 11). Assim como a cultura indígena, a Mata Atlântica, que é um ecossistema, transpõe o espaço geográfico e as delimitações políticas e judiciais, no caso da Terra indígena Xapecó, tendo no seu espaço uma fonte de análise do processo histórico.

A motivação do presente trabalho, advém da proximidade com o objeto de pesquisa, devido a minha família morar na região do Alto Irani, e pela necessidade observada em praticar alteridade acadêmica, e desvelar o processo histórico de genocídio e epistemicídio³ dos quais remontam os povos indígenas da TI Xapecó, dando visibilidade às identidades étnicas que foram recorrentemente suplantadas ao longo do tempo. Pelo agronegócio e por

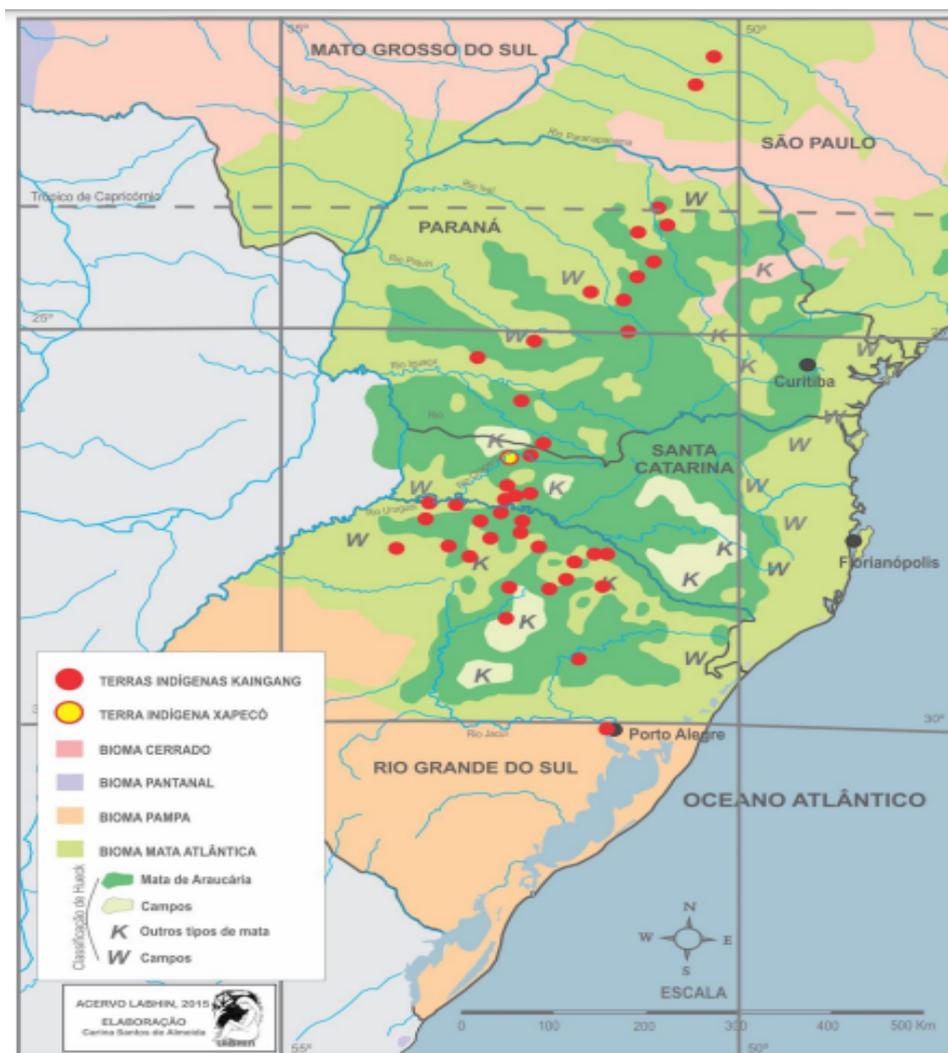
¹ Foi instituída pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, para executar as tarefas de tutela do Estado, *lato e stricto sensu*, sobre os povos indígenas em território nacional brasileiro. Sua criação seguiu-se às denúncias de práticas corruptas e genocídio de índios pelo aparelho que a precedeu, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), apuradas por uma comissão parlamentar de inquérito e divulgadas sob a forma do chamado Relatório Jáder Figueiredo. Pela lei de criação da Funai, considerou-se extinto o SPI, através de sua fusão com a nova entidade. FUNAI - <http://www.fgv.br/epdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fundacao-nacional-do-indio-funai>.

² **LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973.**

³ El epistemicidio es el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación. Históricamente, el genocidio ha estado con frecuencia asociado al epistemicidio. Por ejemplo, en la expansión europea el epistemicidio (destrucción del conocimiento indígena) fue necesaria para 'justificar' el genocidio del que fueron víctimas los indígenas (Santos 1998, p. 208)

latifundiários dos setores privados, além do Estado que atua na tentativa de apagamento desses povos da História. Processo que culmina na expropriação contínua de terras indígenas ao longo do tempo. Desse modo, partiremos da narrativa histórica que visa desvelar violências, de como se deu o processo histórico e espoliamento das terras indígenas em Santa Catarina, através da História Ambiental.

MAPA 1: Localização das Terras indígenas kaingang e da Terra Indígena Xaçepó no bioma Mata Atlântica, no contexto da Floresta de Araucária.



Fonte: Elaborado por Carina S. de Almeida a partir de Mapa de Biomas/IBGE (2004) e HUECK, Kurt. As florestas da América do Sul. Ecologia, composição e importância econômica. São Paulo: Ed. Polígono e Ed. UnB, 1972. p.213. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

A metodologia da História Ambiental em seu principal objetivo, “se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos,

afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”. (WORSTER, 1991, p. 199-200), tendo em vista que assim como a História indígena a História ambiental se sobrepõe às fronteiras nacionais.

Importância em pensar o papel dos Estados, enquanto instituições indispensáveis na (re)construção de uma nova historiografia, ultrapassando fronteiras para que levemos em consideração sua atuação e reflexos na vida dos povos indígenas da Terra indígena Xaçecó. visto contexto de diversas mobilizações políticas e judiciárias que investem na retirada de terras indígenas, em conformidade com o marco da publicação do Despacho nº 81/PRES, de 5 de setembro de 2003, do Presidente da FUNAI, publicado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2003. Iremos estender o recorte até 2009 para que possamos abordar o Marco Temporal na Terra indígena Xaçecó,

A estruturação da pesquisa realizada pelo viés da História Ambiental, incorporamos variáveis de inserção dos povos originários à paisagem. Conforme o historiador Donald Worster, na obra “Para fazer História Ambiental”, o objetivo é principalmente fazer um revisionismo da História, “a fim de torná-la mais inclusiva do que ela tradicionalmente tem sido” (WORSTER, 1991, p.199). Tanto pelo meio natural do passado como fonte, quanto pelas relações humanas de trabalho, e de percepção, ideologia e valor, bem como caminhos metodológicos e analíticos, indissociáveis da interdisciplinaridade.

A História Ambiental teve ascensão em 1970, contexto de movimento dos povos indígenas contra os colonizadores na TI Xaçecó para retomada de seus territórios e expulsão dos invasores que vão culminar na Lei nº 6001, do Estatuto do índio de 1973, documento respaldado com a Constituição Federal de 1988. Documentos que deram segurança às lutas dos povos indígenas, garantidos através do direito originário, o usufruto das terras e dos recursos naturais, com os Artigos 231 e 232 bem como a Organização Internacional do Trabalho (OIT 169) Convenção de 1989, assegurando sobre direito e proteção dos povos indígenas e tribais.

Emergem debates em torno da crise global, surgimento de ONG’s no mundo todo e movimentos ambientalistas no Brasil em plena Ditadura Militar. Em termos de revisões das produções bibliográficas dentro da linha de pesquisa, são muitos os desafios, possibilidades e caminhos a percorrer. No sentido que cabe ao exercício do historiador(a), desvelar às populações historicamente silenciadas e visualizar as complexas relações de poder que norteiam o silenciamento desses povos nos documentos oficiais, jornais e narrativas

históricas. Nos trazendo lacunas e descontinuidades dentro da análise historiográfica. Para que propiciem ser pensadas com coerência e criticidade, na construção da etnopaisagem, objetivando compreender o espaço dotado de “fragmentos culturais particulares reveladores de uma identidade de grupo, que passam a se reunir em torno de traços culturais específicos, em torno de uma etnicidade comum”. (ZANFORLIN, 2015, p.22)

Tendo em vista o exercício de ressignificação das transformações na Terra Indígena Xaçecó (TI Xaçecó), com auxílio da etnohistória, contribuíram para o revisionismo feito por pesquisadores indígenas. Sendo de suma importância para a manutenção das identidades étnicas originárias, visto que o modo de vida próprio das comunidades tradicionais, passa pelo usufruto da terra, por relações que são indissociavelmente ligadas ao espaço geo-histórico das transformações sociais e jurídicas ao longo do tempo.

Buscando o compasso entre “tempo geológico” e “tempo social”, nos possibilita uma análise mais concreta do processo histórico, e “colocar a sociedade na natureza, enfim - implica necessariamente atribuir componentes naturais objetivos a capacidade de condicionar significativamente a sociedade” (DRUMMOND, 1991, p.181). Tendo no tempo o fio condutor das transformações e ferramenta da pesquisa historiográfica. Entendendo o tempo, enquanto um no conjunto de elementos que possam refutar o paradigma da imunidade humana, diante os fatores da natureza. Problematizar as concepções de tempo-espaço e condicionante das mudanças que impactam na agricultura doméstica de subsistência indígena, impacto nos hábitos alimentares com o avanço da Monocultura na TI Xaçecó.

Analisaremos a composição características e identitárias, conforme Foucault: a identidade é “o produto de uma relação de poder que exerce sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, força (...) sobre problemas de identidade regional e sobre todos os conflitos que podem ocorrer entre identidade regional e identidade nacional” (FOUCAULT, 1979, p.162). Desse modo, vislumbrando perceber singularidades das identidades regionais e dos conflitos entre as culturas e projetos políticos federais, diante a contextualização de fontes judiciárias, cartográficas, documentais e orais como esquema administrativo e disciplinadores do espaço por instituições determinantes na construção socioambiental da Região Oeste de Santa Catarina.

A população da Terra indígena Xaçecó, desde a sua genealogia, é majoritariamente composta pelos Kaingang, que “foram identificados inicialmente na literatura sob a denominação de “Guayaná, Goyaná, Guananá/Guaiannazes e Gualachos, Camés, Votorões,

Dorins, Kaigua, Kaaguá, Coroados, entre outros (LAROQUE, 2000, p. 43-44) sendo enfim reconhecido como Caingang ou “Caengang” por Franz Keller em 1867 e Camilo Lellis da Silva, em 1865, nomes que os mesmos atribuíam a si: Caên-Gann (MOTA, 2004, p.9).

A história da construção social da Terra Indígena Xaçecó vem do tronco linguístico Macro-Jê e da família Jê, através dos Kaingang. Visto que a composição das etnias indígenas dentro da TI, são predominantemente Kaingangs, também fazendo parte do maior grupo em população, conforme (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2011, p.281) “totalizando 33.064 indígenas nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul ao longo de 500 anos da terra brasilis”. Não obstante, o território indígena venha sendo uma construção bem mais longa a cerca de três mil anos, onde os grupos Jê meridionais (Kaingang e Xokleng) migram para a região sul do país e ocupam áreas das Florestas de Araucárias ou Floresta Ombrófila Mista, construindo além do modo de vida uma paisagem territorial que advém da relação contextual com as tradições ancestrais.

Muito embora, existam dificuldades de nomenclatura e identificações culturais e linguísticas dos ameríndios brasileiros, devido ao processo histórico de suplantação de suas identidades e tradições maternas, são atrelados somente aos predominantes Kaingang, todavia estão presentes também na Terra indígena Xaçecó, os Guaranis e Guaranis Myba, Xokleg, e Xetás, subdivididos em “mais de 6000 Kaingangs um grupo de mais ou menos umas 280 de famílias Guarani e mais duas famílias Xokleng e Xetas”. (NARSIZO, 2021, 25:03- 26:25) etnias que se aproximam devido ao processo histórico de Aldeamento.

Políticas que foram subsidiadas e executadas por empresas privadas, as chamadas Companhias Colonizadoras, e legitimadas pelos Estados, do Paraná, Santa Catarina e Governo Federal, culminando no aldeamento. Apesar de que no século XX, um movimento forte de revisionismo contou com esforço de antropólogos, geógrafos, historiadores e demais ciências sociais para desfazer essas generalizações, por meio do trabalho interdisciplinar de pesquisa acadêmica.

As antropólogas Anelise Nacke e Neusa Bloemer, pesquisam sobre “As áreas indígenas Kaingang no Oeste Catarinense” detalhando as quatro principais Terras Indígenas de Santa Catarina, fazendo um revisionismo da atuação dos órgãos indigenistas. Através da análise das transformações nas relações sociais, modos de produção, e importância das Terras Indígenas para a manutenção da identidade Kaingang a produção da Policultura, com o tempo

‘associada à criação de animais foi gradativamente substituída pela monocultura mecanizada de produtos valorizados nos mercados regionais e mesmo internacionais, como é o caso da soja (NACKE;BLOEMER, 2007, p.51). Processo que impacta em transformação nas relações de trabalho e produção, acentuado em detrimento dos movimentos migratórios indo-europeus na segunda metade do séc XX.

Diferentes abordagens de análise do recorte geográfico, o historiador e morador da TI Xapecó, Getulio Narsizo, esclarece as “As várias faces da violência na TI Xapecó no séc XX”, período de 1902 a 1979. Pensando na atuação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e depois na FUNAI (Fundação Nacional do Índio), trabalhando com a Memória e história oral, dos ancestrais da TI Xapecó. Em que pensam suas próprias condições ao longo do processo histórico de Aldeamento, tratando das múltiplas violências. A organização social complexa do povo Kaingang, exploração do trabalho indígena, desrespeito aos *habitus* e expropriação do meio ambiente, bem como reflexos na comunidade.

Os *habitus* ligam-se ao modo operante de relacionar-se com seu grupo, e suas terras a partir de concepções culturais que norteiam as tradições da identidade originária, as concepções cosmológicas que envolvem múltiplos elementos do que é ser indígena envolvendo além da “fauna, flora, os objetos, os espíritos mortos, os rituais, o artesanato, a nomenclatura, os elementos; Terra, ar, água, fogo”. (LAPPE, 2012, p.10) Em função de que interagem sincronicamente com o meio natural, de modo que as singularidades da visão cosmogônica estão intrinsecamente ligadas a natureza e ambiente ‘tratando-se da categoria ambiente, entende-se o espaço físico que os Kaingangs vivem, como as florestas os animais a água o território (LAPPE, Emilie, p.10), passando por múltiplos simbolismos na composição cultural do ser com a terra, enquanto organismo vivo.

Buscando compreender as relações de ancestralidade, seres coexistentes com o meio natural que constroem as tradições compartilhadas entre os povos indígenas, relações de parentescos com o sol, a lua, pessoas que já foram pássaros e árvores, visto que conforme (KRENAK, 2020, p.56) “Nas tradições que eu compartilho, não existe poder sobrenatural. Todo poder é natural, e nós participamos dele”. A cosmogonia terrestre liga-se a cosmologia das relações, inclusive de parentesco de habitantes da terra e de fora dela, onde as etnias indígenas estabelecem relações com a natureza e seus múltiplos elementos.

No inquérito, mediação e exame dos escritos sobre a TI Xapecó, as historiadora Carina Santos de Almeida e Ana Lúcia Vulfe Nötzold se debruçam na luta pela terra em

território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xapecó ao longo do séc XX, um estudo alicerçado nos múltiplos processos que intervieram nos arranjos espaciais através da redução do território e mudanças do *modus vivendi* e *habitus* sociais e a consequente interferência na autonomia Kaingang com o território e o ecossistema da Floresta de Araucárias.

Pesquisadora do viés da História Ambiental, Samira Peruchi Moretto, trata das “Transformações na paisagem do Oeste Catarinense na segunda metade do séc XX, Conforme Samira Peruchi Moretto, as mudanças vêm com o aceleração no desmatamento em Santa Catarina na primeira metade do séc XX. Posteriormente, na segunda metade, em função das atividades de madeireiras, houve escassez de recursos naturais e intensificação de outras atividades econômicas, como Agropecuária e Monocultura.

Essas relações de trabalho humano transformam diretamente o modo de vida indígena e relações com o meio natural. Transformação que podem ser observada de forma direta na TI Xapecó, com a exploração dos recursos naturais, e da mão-de-obras análogos à Escravidão que trabalhadores indígenas foram submetidos. O desmatamento foi fomentado pelas empresas privadas e pelo Estado federal, um projeto político. Juntamente com SPI e FUNAI, que operacionalizam no espaço geográfico, impactando em mudanças estruturais e culturais dos povos indígenas na TI Xapecó e principalmente na Floresta de Araucárias, paisagem dominante antes do processo Colonizador

Entre as fontes além do espaço geográfico como fonte, conforme a autora Ninarosa Mozzato da Silva Manfroí, referente a “Antonio Selistre de Campos e as questões indígenas no Oeste de Santa Catarina, aborda a representatividade dos artigos jornalísticos de Selistre de Campos na história dos Kaingang no Oeste Catarinense de (1939-1952). Trabalhando as fontes escritas, história oral e memória sobre a perspectiva da étnohistória no entendimento prático e metodológico. Analisado através da interdisciplinaridade, vislumbrando tornar a análise mais dinâmica. Visto que Selistre aplicou sua intelectualidade jurídica em prol das questões indígenas, um dos fundadores do jornal “A voz de Chapecó” onde traz à tona a situação dos indígenas da região e críticas aos órgãos indigenistas de pseudo proteção.

Desse modo geral, abordaremos no primeiro capítulo a transformação do Espaço diante aspectos legislativos, e demarcatórios do etnoterritório, para contextualizar as fronteiras culturais e seus impactos devido a redução do etnoterritório na TI Xapecó, e perceber as transformações na cultura em decorrência das transformações nas fronteiras, através da Legislação e do Espaço, evidenciar as transformações geográficas com as

Fronteiras judiciais e culturais, diferenças entre elas e como se deu a redução do etnoterritório, quais os actores sociais e as instituições presentes, buscando perceber como o território condiciona a vida dos povos originários da Terra indígena Xapecó e como inversamente o meio natural condiciona as transformações no tempo-espaço.

No segundo capítulo, trataremos de forma mais específica a introdução da Monocultura na TI Xapecó, e os impactos ambientais e culturais do Marco Temporal no território e na vida dos povos indígenas, através do Documentário TI Xapecó - Marco Temporal, buscando compreender como as transformações que se acentuam principalmente depois da metade do séc XX, impactando diretamente na produção dos corpos e identidades indígenas, bem como relações econômicas e culturais dos povos indígenas, no que tange às transformações ocorridas no modo de vida e futuro da Terra Indígena Xapecó.

2) CAPÍTULO 1

Dedicado a Minha mãe, Marli de Fatima Alves França, minha avó, cabocla Maria Donice Alves França, por todo conhecimento repassado. Minha biza, Isolina Alves França. Minha tataravó, Sebastiana de Arruda e sua mãe indígena, caçada no mato com cachorro, sem nome.

2.1 DEMARCAÇÃO E ESPAÇO

A Terra indígena Xapecó em seu apanhado histórico, pode ser analisada por meio da construção histórica do etnoterritório indígena nas Florestas de Araucárias, ou seja o, “grupo étnico ou etnia são entendidos, neste texto, como produtos coloniais e não como entidades sociais residuais a serem descritas e preservadas como expressão cultural original e pura em extinção” (CAVALCANTE, 2011, p. 353), do mesmo modo como a etnopaisagem não é uma “categoria fixa, prévia ao contato, original, mas sim resultado de deslocamentos, misturas, conflitos interétnicos, contestação, demarcação de fronteiras e defesa do controle de territórios e de seus recursos garantidores da vida. (ESCOBAR, 2015; SOUZA et al., 2016).

Em aspectos socioambientais é difícil fazer uma história do modo de vida nas Floresta das Araucárias, entretanto “para Xokleng e Kaingáng a araucária figurava como uma importante fornecedora de alimentos, para os não indígenas, ou seja, os colonos e caboclos, o valor da araucária era outro” (PERES, 2009, p.18) Embora complexas, as contradições aparecem nas relações interétnicas, para os não-indígenas importava mais que o alimento, a qualidade da madeira. Tendo em vista o ecossistema da Mata atlântica, e o povoamento originário, a “variedade de espécies animais, principalmente, garantia aos Xokleng, e também aos Kaingáng, o complemento à dieta baseada no pinhão”. (PERES, 2009, p.83)

Conforme o estudo etnobotânico realizado em 1997 por Moacir Haverroth, apresenta relevância para entender a fluidez das fronteiras, as transformação e contradições que ocorrem dentro da historiografia e do processo histórico no ambiente, a Terra indígena localiza-se “A Área Indígena (AI) Xapecó localiza-se nos atuais municípios de Ipuacu e Marema, próximo a Xanxerê, oeste do Estado de Santa Catarina.” (HAVERROT, 1997, p.13)

Muito embora, sejam tratadas diferentes fronteiras e delimitações, conforme as transformações no tempo-espaço. De acordo com (NARSIZO, 2015, p.16) “Atualmente a Terra Indígena Xapecó, faz parte dos Municípios de Entre Rios e Ipuauçu, no Oeste do Estado de Santa Catarina”. sendo que “o desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história”. (MARTINS, 2009, p. 133)

Desse modo, observamos que as fronteiras são fluidas, e mudaram ao longo do tempo, visto que conforme o relatório de avaliação da CGU; A TI Xapecó teve a demarcação administrativa homologada pelo Decreto Presencial nº 297, de 29 de outubro de 1991, e encontra-se localizada nos municípios de Abelardo Luz/SC, Entre Rios/RS e Ipuauçu/SC. Computando os autos, embora esteja homologada, este setor levantou dúvida quanto à dominialidade da área, vez que no Registro Cartorial consta como adquirente SERVIÇO E PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, representando a tribo "Caingangue". (FUNAI; p. 24-25)

Não obstante, Abelardo Luz, não por coincidência, as vezes é esquecido quando se trata das fronteiras judiciais da Terra indígena Xapecó, as fronteiras culturais tornam evidente a espoliação do território, porque o Cacique Victorino Condá está enterrado na cidade de Abelardo Luz, uma liderança importante da Terra indígena Xapecó que liderou a luta indígena e chegou a ser cacique de outras terras indígenas no sul, é um exemplo simbólico e político da perda cultural com a espoliação do território e com ele acentuam-se as transformações de elementos tradicionais da cultura indígena.

A origem do nome Xapecó relaciona-se à reminiscência Kaingang, aparecendo na história dos Kaingang, com relação à etimologia do nome Xapecó, advém da relação com a natureza, mais especificamente dos rios Chapecó e Chapecozinho, conforme a história oral da comunidade, vem do barulho da pedra caindo na água, visto que tem várias cachoeiras e quedas de água nestes rios. Evidenciando na fonética, a relação dos povos indígenas com os rios e o meio natural com o modo de vida que é indissociável à natureza.

A Terra indígena Xaçecó, que já teve a grafia escrita com “ch”⁴ aparece ainda no século XIX⁵, o autor Sandor Fernando Bringmann, em sua análise sobre a Terra indígena Nonoai e Terra indígena Xaçecó destaca que:

Os locais de confinamento dos indígenas, conhecidos sob diversas denominações ao longo dos séculos, a exemplo dos “aldeamentos”, das “aldeias” ou “colônias indígenas”, proliferaram-se por todo o território brasileiro. Estes estabelecimentos, instituídos durante os períodos colonial e imperial, foram idealizados para organizar as populações indígenas consideradas obstáculos ao progresso da nação, integrando-as a uma ordem colonial emergente. (BRINGMANN; 2015. p.70)

Conforme o Decreto nº 7, de 18 de junho de 1902, o governo do Paraná institucionalizado pelo governador Francisco Xavier da Silva, reconhece oficialmente a ocupação tradicional indígena no território do Paraná e território que atualmente confere o Oeste de Santa Catarina.

O Governador do Paraná, atendendo o que a tribo de índios Coroados de que é Chefe o cacique Vaicrê em número aproximado de duzentas almas, acha-se estabelecido na margem do rio Chapecó, no município de Palmas, e considerando que é necessário reservar uma área de terras que os mesmos índios possam, com a necessária estabilidade, dedicar-se à lavoura, a que estão afeitos; usando da autorização que lhe confere o artigo 29 da Lei nº 68 Decreta:

Art. Único: Fica reservada para o estabelecimento da tribo de indígenas Coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendida nos limites seguintes: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois rios até onde eles fazem barra.” (BRINGMANN; 2015, p. 125-126)

A Terra indígena Xaçecó foi a única terra expedida pelo estado do Paraná, na Comarca de Palmas entre 1893 a 1917 e a relação das fronteiras entre Santa Catarina e Paraná não estavam definidas e a TI Xaçecó esteve no meio dessa disputa. Posteriormente a ela, 95 titulações foram concedidas, o Paraná foi alertado pelo CIMI (1984), que a maior parte destas

⁴ Para os indígenas, a palavra Xaçecó pronuncia-se xá embtekó (LANGE; BLOEMER; NACKE, op.cit., fl. 555) ou xá+én+mbitkó (D’ANGELIS, op.cit., 2006. p. 309.) Concluímos que o debate em torno da grafia tem conotação ideológica uma vez que o nome da cidade grafado com CH seria menos identificado com os Kaingang. PIAZZA (op.cit., p.218)

⁵ Em 1876, José Correa Bittencourt, diretor-geral dos índios da província, escreveu ao presidente da província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins, solicitando reembolso do gasto com ferragens e víveres fornecidos aos índios do Chapecó/PR quando esses estavam em Curitiba/PR.20. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Documento. Microfilme: 1522.4. Nota: AP482.1.192 Curitiba: 1876. Em um segundo documento do século XIX, “Tenho a honra de levar ao conhecimento de v. exma que chegarão hoje a esta capital vindos do aldeamento do Chapecó, 32 índios entre homens, mulheres e crianças, aos quais já dei a necessária acomodação. No mesmo tempo, peço a E. Ex^a autorização para fornecer-lhes o preciso alimento”.

terras se situavam na área que seria transferida a Santa Catarina. Indicando que as relações de fronteira estavam disputas, por conseguinte ocorriam transformações geográficas e políticas.

Quanto ao povoamento nesse espaço de fronteiras, no chamado sertão nacional, no Oeste de Santa Catarina foi estimulado pelo Estado com a “Lei de Terras de 1850 aumentou consideravelmente os contatos entre indígenas e não-indígenas no Estado” (PERES, 2009, p.13) a colonização avançou através de empresas privadas que loteavam e vendiam os terrenos, tinham preferência por pessoas brancas, casadas e cristãs para o estabelecimento, Tanto no Rio Grande do Sul quando no Paraná a colonização avança com a instalação das Fazendas, “os braços auxiliares foram os negros forros mestiços ou mesmo índios que se adaptavam melhor ao trabalho da pecuária por ser mais livre e ajustado á sua indole” (RITTER, 1980, p.54) nesse caso, o processo de colonização altera o *modus vivendi*, atribuindo a indole para evidenciar as tradições culturais indígenas, ligadas ao modo organizativo próprio.

Processo histórico de avanço da pecuária, monoculturas e das Fazendas, “pontas de lança da colonização” por configurarem unidades permanentes de ocupação territorial (OLIVEIRA, 2010, p.33) para isso o Desmatamento remonta às mudanças que começam no século XIX e se intensificam na segunda metade do século XX, alterando a paisagem com o processo de extração das madeiras, evidenciado na fala do ex-funcionário da FUNAI sobre o Desmatamento das Florestas na Terra indígena Xaçecó, tratando da exploração dos recursos naturais. Conforme NARSCIZO (2015 apud PACÍFICO, 2015, p. 38)

Sou um dos funcionários mais velhos da Funai no Xaçecó, trabalho desde bem novo, foi a primeira empresa que assinou a minha carteira de trabalho, fui contratado a mais de trinta anos, e no inicio meu trabalho era no mato ajudando o tratorista do esteira a abrir estradas para arrasta os pinheiros que eram cortado, me lembro que tinham uns pinheiros que dava uma carga de caminhão uma só tora, tinha muito pinheiro, eram muitas dúzias serradas por dia e eram filas e filas de caminhão carregando madeira de primeira... no começo quem sabia onde eram levadas as madeiras era só o chefe de posto e o gerente geral da serraria e da fitinha, nós só recebia o salário do serviço e não perguntava muito para não ser mandado embora.

Áreas das Florestas de Araucárias foram vendidas ou entregues como concessão às colonizadoras do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como pode ser observada a paisagem predominante do meio natural antes do processo colonizador no Oeste de Santa Catarina são Bosques de Araucárias. O aumento populacional no século XIX em Santa Catarina, nos territórios das Araucárias ocorreram gradativamente até o século XX, como pode ser

analisada a Tabela, assim como o desmatamento como observado pelo autor (Carvalho 2017) a aumento populacional, em 1872.⁶ Havia cerca de 12.785 pessoas que utilizavam somente para cozinhar, cerca de 437.145 toneladas de madeira, enquanto em 1960 cerca de 703.480 pessoas, utilizavam cerca de 9.420.489 toneladas, mas para além disso, muita madeira foi comercializada e vendida pela SPI e posteriormente pela FUNAI.

Não obstante é possível observar, de 1950 a 1970 as contas aumentam se contextualizarmos ao processo de migrações indo-europeias e processo de urbanização intensificada a partir da segunda metade do século XX, devido à necessidade de construir casas, igrejas, espaços de socialização para essas comunidades que iriam vir a ser cidades. Com a chegada de indo europeus em Santa Catarina a densidade populacional aumenta, devido às condições ambientais que conjugavam clima favorável entre a situação no oeste catarinense, chamado de “novo mundo” através da propaganda feita pelas Companhias colonizadoras que regulamentavam a venda dos terrenos para descendentes de europeus que encontraram escassez de terra em sua terceira geração aqui no Brasil, entretanto chegavam aqui em Santa Catarina e já haviam nativos ocupando o território.

A destruição dessas florestas foi evidente, também evidenciado que esse desmatamento é irreversível, no âmbito de qualquer escala temporal humana e só não foi maior porque as tecnologias eram mais escassas, não haviam motosserras. “Quando a floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade, e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável”. (DEAN, 1996, p.20) Embora não seja possível fazer uma análise totalizadora da relação humana nestas florestas, fica evidenciada a relação do que é ser indígena. Conforme a ONU povos indígenas são caracterizados devido às relações históricas de ancestralidade:

- a) Ocupação de terras ancestrais, ou de partes delas;
- b) Ancestralidade que remonta aos habitantes originais das terras que ocupam;
- c) Cultura em geral, ou através de suas manifestações particulares (como religião, modo de vida tribal, pertencimento a uma comunidade indígena, formas de se vestir, modos de vida etc.);
- d) Língua (seja a língua-mãe a forma habitual de comunicação em casa ou na família ou na comunidade como um todo);

⁶ Fontes: SOUZA, 1950, p. 264, 271; RECENSEAMENTO, [S.I.: s.n.]; BRASIL, 1898; BRASIL, 1905; BRASIL, 1928; BRASIL, 1950; BRASIL, 1955; BRASIL, 1960. (CARVALHO, Miguel. p.142)

e) Residência em certas partes de um país, ou em certas regiões do mundo.

Do ponto de vista individual, uma pessoa indígena é aquela que pertence a uma dada comunidade indígena através da autoidentificação (consciência de grupo), ao mesmo tempo que é reconhecida e aceita por essa comunidade como um de seus membros (pertencimento comunitário) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004, p. 2)

Enquanto a concepção de “Terra indígena”, implica na construção e aplicação de um conceito jurídico brasileiro, historicamente e antropológicamente construído, têm sua origem na definição de direitos territoriais indígenas. Tais direitos foram reconhecidos ao longo da história pelo Estado brasileiro por meio de diversos dispositivos legais, como na Constituição Federal de 1934, 1937 e 1946 que visavam medidas paliativas de usufruto;

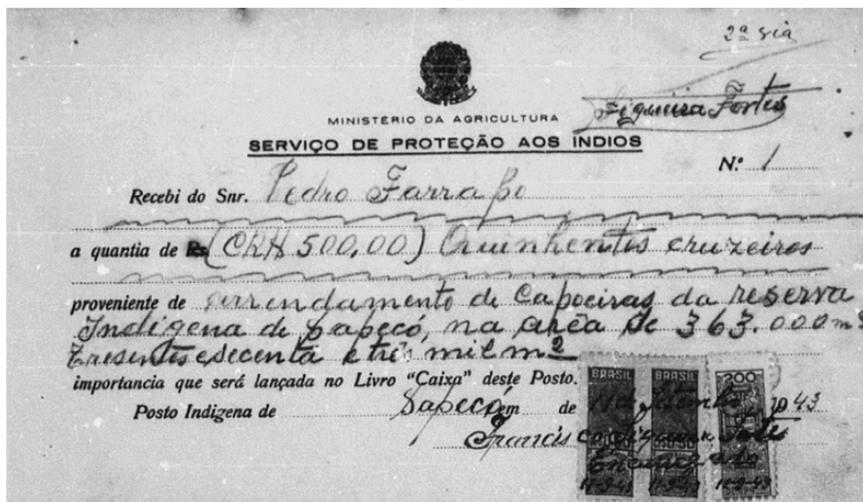
garantiam aos indígenas apenas a posse das terras em que se encontravam permanentemente localizados. Portanto, a ênfase estava na habitação permanente; não se pensava em outras áreas necessárias para a sobrevivência e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Além disso, não havia nenhuma previsão de inalienabilidade das terras, o que na prática permitia diversas manobras para titular tais áreas em favor de terceiros (CARNEIRO DA CUNHA, p. 10, 1998).

Não obstante muitos indígenas e com ancestralidade indígena foram expulsos de suas terras, mortos no genocídio por diferentes instituições ligadas ao Estado ao longo do tempo, que atuaram paulatinamente sobre a titulação das terras na TI Xaçepó, legitimadas pelo discurso de inclusão se misturando ao de civilizá-los, são diversos mecanismos, o principal órgão responsável pela “civilização” e “integração” do índio “na sociedade brasileira no séc XX foi o SPILT (Serviço de proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores nacionais que, a partir de 1918 passou a se chamar somente SPI)” (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2011, p. 287).

O Decreto de 10.652, de 16 de outubro de 1942, descreve os fins da SPI, (Serviço de Proteção aos Índios) e suas funções diante a identidade nacional indígena, os princípios da “exploração das riquezas naturais, das indústrias extrativas e quaisquer outras fontes de rendimento, relacionados com o patrimônio indígena, ou dela proveniente, no sentido de assegurar, quando oportuno, a emancipação econômica das tribus” (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2011, p. 293- 294). Conferindo o poder legislativo, ao Estado de proteção, mantê-los tutelados e aldeados, causando irreversíveis impactos à cultura, mudando abruptamente as relações, enquanto a emancipação econômica das tribus, como possibilidade, não assegurada.

A antiga SPI (Serviço de proteção aos Índios) instalou seus postos, no espaço onde coincidem com locais que foram sendo construídos os núcleos sociais, os indígenas foram migrando devido acesso aos serviços, embora com precariedade inclusive ao acesso a terra, ‘a partir de 1948, o SPI começa o arrendamento das terras indígenas para agricultores da região - a iniciativa não foi isolada, pois ocorreu na maioria das TIs do Sul’ (NACKE;BLOEMER, 2011, p.50) Entretanto, podemos perceber que na Terra indígena Xaçecó esse processo começou ainda antes. Contexto que são instalados Postos Indígenas (PI’S) no sul do Brasil, são encontrados registros de arrendamento “primeiro documento a que tivemos acesso data de 1943, sob a responsabilidade do chefe de posto Francisco Fortes. Referia-se ao arrendamento de “capoeiras” em lote de 36 hectares”. (p.157)⁷.

Figura 1 – Recibo de arrendamento de “capoeiras” pelo SPI na TI Xaçecó, em 1943.



Fonte: Museu do Índio/RJSEDOC. Microfilme 064, Fotograma 0163.

Enfatizando a TI Xaçecó, às áreas mais povoadas no contexto são Pinhalzinho e Posto indígena sede (sede jacú), devido a ordenação espacial forçada pelo órgão, morar perto dos recursos, melhores condições de subsistência, e infra-estrutura como escolas, postos de saúde, e trabalho. Não obstante a redução do território a 30% do inicial, foi uma construção social, do processo que culmina das múltiplas violências com os Aldeamentos, mudando abruptamente as relações interétnicas que tangem o processo histórico de violências ao modo de se relacionar na cultura indígena em relação aos colonizadores, sendo antagônicas.

⁷ BRIGHENTI, Clovis Antonio. HECK, Egon Dionísio. O Movimento indígena no Brasil. Da tutela ao protagonismo (1974-1988). UNILA, 2021.

Tratando das relações antagônicas entre não-indígenas e indígenas, a ocupação de boa fé vem sendo largamente utilizada por Colonos que compraram, e roubaram terras indígenas. No Oeste Catarinense a figura política e jurídica de suma importância para avanços nos direitos indígenas, o juiz Antônio Selistre de Campos, que assumiu a defesa dos indígenas. O cofundador e redator no jornal “A voz de Chapecó⁸” em 1939 onde abordava temas “como preconceito, crimes, educação, saúde e terras (...) mas também dedicou espaço no jornal para outros temas “tratando sobre políticas internacional, política nacional e assuntos de magistratura, com objetivo primeiro, era informar o cidadão chapecoense” (NINAROSA, 2019, p. 346.) enfrentava oposições entre colonizadores e colonizados e conforme a autora essas escritas causaram reflexo direto na Assembléia Legislativa.

Podemos perceber que as escritas de Selistre de Campos influenciaram a movimentação política em torno das causas indígenas no Oeste de Santa Catarina, denunciando as violências que os indígenas sofriam através de críticas escritas no jornal, de modo ambíguo. Devido sua atuação de colonizador em defesa do colonizado, ao mesmo tempo que denunciava as violências, tecia relações estreitas com a família Bertaso, responsáveis por uma série de violências contra os povos indígenas na região. No periódico em questão, em contato direto com Cid Ribas na situação, e Sr Alberto Berthier de Almeida, madeireiro do RS, e um dos que reivindicava as posses da “Fazenda Chapecozinho” repercute no ano posterior na Sessão da Assembléia do dia 24.05.1949.

Percebemos um esforço de Selistre em atuar nas brechas judiciárias e políticas voltadas às causas indígenas, e fazendo críticas a SPI que ecoavam nos jornais regionais e do RS, no “Diário da manhã, edição de 14 de novembro de 1948, e Erechim, no Jornal, A voz da Serra, na mesma data ao criticar a atuação da SPI - Serviço de Proteção aos índios, questionando se não seria SPI - Serviço de perseguição ao índio” (MANFROI, Ninarosa, p. 343). Como pode ser observada na sequência as críticas a SPI e embates políticos diante a questão indígena, que seguiram no ano seguinte. Publicado pelo periódico, A voz de Chapecó, na edição de 03 de julho de 1949

O Deputado Ribas leva ao conhecimento de seus pares as ameaças e violências que os indígenas estavam passando por parte do encarregado do SPI – Serviço de

⁸ O Jornal A Voz de Chapecó contou com um quarteto que se uniu para fundá-lo. Além de Antonio Selistre de Campos, Ernesto Francisco Bertaso – proprietário da Colonizadora Bertaso que colonizou parte do Oeste catarinense; Cid Loures Ribas – advogado e Deputado Estadual pelo Partido Social Democrata na década de 40 e Vicente Cunha, advogado e Prefeito de Chapecó eleito em 1947 (MANFROI, 2019, p. 347)

Proteção aos Índios, solicitando ainda apoio à providência de enviar telegrama ao General Candido Mariano da Silva Rondon – Presidente do SPI, o que de fato conseguiu com apoio dos partidos políticos presentes. Porém, o apoio não vinha de todos os partidos e correligionários. O Deputado Waldemar Rupp apresentava postura contrária à causa indígena, mostrando-se um não aliado. [...] na evidência dos discursos díspares entre os Deputados Rupp e Ribas e apoio da bancada trabalhista à causa indígena apresentada. (MANFROI, 2019, p. 347-348)

Por serem complexas as relações, interação na escala micro regional e macro nacional, caso do Deputado Cid Ribas apresenta a proposta com votação favorável do Partido dos trabalhadores para tomar providências a respeito da perseguição que índios do Posto Chepecosinho, referindo-se a Terra indígena Xaçecó, as quais sofriam por parte da SPI, solicitando que fosse enviado um telegrama ao General Cândido Mariano da Silva Rondon – Presidente do SPI. Porém, o apoio não vinha de todos os partidos, caso do Deputado Waldemar Rupp apresentava postura contrária à defesa da causa indígena, e imediatamente ao lado de Fazendeiros e Madeireiros, grileiros da região

Observamos que o Dr. Selistre de Campos chegou a ser prefeito de Chapecó, autor das denúncias, tinha notório poder regional, no desvelamento das violências, suficiente para chegar a aspectos macro sociais, principalmente no que tange a perseguição que ocorria contra os indígenas pelo SPI. As micropolíticas do poder caminham de forma complexa, ficando evidenciado a importância da atuação de Selistre de Campos, que foi responsável pelos avanços nas questões básicas de direitos políticos e legais de saúde e educação dos indígenas na Terra indígena Xaçecó.

Contexto onde quem explorou os indígenas notoriamente foram brancos, Selistre de Campos foi um defensor da Terra indígena Xaçecó. Mas, que principalmente contribuiu com publicações no jornal a Voz de Chapecó, com debates políticos importantes em torno das disputas por terra na região, lutando ao lado dos indígenas pelo tempo que esteve na Comarca de Chapecó de (1931-1947). Entretanto, as violências perduraram ao longo do processo.

O aldeamento implica “no rompimento das redes de parentesco e solidariedade existentes na terra de origem, bem como a perda de moradia e das terras que plantavam” (NACKE;BLOEMER, 2011, p.52) de modo que são comunidades agrícolas, culturalmente de regime doméstico. Mas as medidas práticas do estado de “guerra aos bugres” nunca parou, pois a ordem soberana nacional de genocídio, vem desde o Brasil império para a República, com o poder de propiciar a alienação dos setores administrativos. De suma importância

destacar que este aldeamento não se refere especificamente ao futuro Posto Indígena Xaçecó, abrigou indígenas da região, dos Campos do Xanxerê, “em cujo local, a partir de 1882, será instalada a Colônia Militar do Chapecó⁹, tendo como capitão, José Bernardino Bormann, um marco importante para a compreensão da instalação de um aldeamento indígena na região do rio Chapecó”. (BRIGMANN, 2015, p.72). Visto que foram expedidos cerca de 255¹⁰ títulos da Terra.

Não há referências precisas sobre o número de indígenas que habitavam a região da Colônia Militar do Chapecó. Os diversos avisos do Ministério da Guerra, do Ministério da Agricultura e da própria presidência da província ao Capitão Bormann silenciam a respeito de dados censitários. Ao capitão, são expedidas ordens para aldear os indígenas que habitavam a região em uma área próxima à Colônia Militar. Bormann escolhe então o Toldo das “Formigas”, entre Chapecó e o Chapecozinho, como destino para os indígenas que se encontravam dispersos. Este Toldo era dirigido então por Venâncio Kondá, filho de Victorino Kondá (BRINGMANN, 2015, p.123)

A previsão de inalienabilidade do Território foi fomentada de forma direta pelo Estado, inicialmente no Paraná, através do Decreto n 7 de 18 de junho de 1902 em seu cerne e publicação do Decreto. Reconhece a noroeste do Estado, o direito às terras, assinado pelo Governador Francisco Xavier da Silva, conferindo a área reservada, de 50.000 hectares das Terras Devolutas. Para “o estabelecimento da tribo dos Coroados’ sob os mandos do Cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras [...] (D’ANGELIS, 2006, p.316). Segundo a história oral dos Kaingang a obtenção da terra “constitui o pagamento pelos serviços prestados pelos indígenas liderados pelo Cacique Vaicrê, na abertura de estrada que ligava o Campo de Palmas aos do Rio Grande do sul” (NACKE;BLOMER, 2011, p.46). No final da década de 1890 eles vão trabalhar nas picadas, para abertura da Linha telegráfica, vão conhecendo e nomeando as cidades da região, não obstante somente no século XX, em 1902 vão receber a terra acordada no final do século XIX.

⁹O governo imperial baixou a Lei n° 729, de 9 de novembro de 1850 regulamentando as Colônias Militares que seriam criadas no Império do Brasil. Através do Decreto 2.502 de 16 de novembro de 1859, criava as colônias Militares de Chapecó e Chopin. (BRIGHENTI, 2012. p.100) “essas colônias são destinadas à defesa da fronteira, à proteção dos habitantes dos campos de Palmas e Erê, Xagu e Guarapuava, contra a invasão dos índios, e a chamar os ditos Índios, com auxílio da catechese à civilização” (Ibid). Porém, a portaria de instalação foi criada apenas em 1880, tendo sido encarregado o Capitão José Bernardino Bormann responsável para fundar a Colônia Militar do Chapecó. PIAZZA, op.cit., p. 218. Além das colônias militares terem objetivo de proteger as fronteiras “face à disputa das nossas fronteiras oeste com a República Argentina, para garantir a integridade do nosso território” (PIAZZA, op.cit., p. 216.)

¹⁰ Ibid. p. 21. Obs: O autor baseia suas conclusões através de informações obtidas em entrevista com o Sr. Olímpio Cavalheiro, realizada em 30 de abril de 1968, sendo o mesmo um antigo morador da Colônia Militar do Chapecó. (Nota de rodapé n° 2, p. 21)

Como podemos observar no estudo do historiador Getúlio Narsizo, na análise da Terra Indígena Xaçecó, segundo homologação para que possam ser (re)apropriadas, já que devido o Decreto n.7 de 18/06/1902 foi destinado 50.000 hectares e no séc seguinte, XXI houve redução dois terços. Conforme o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, referente a objetivação pela FUNAI, diante as definições de reconhecimento da Glebas A e B. “A” Pinhalzinho e Gleba “B”, Canhadão. Embora o atual território dos índios kaingangs da bacia hidrográfica do rio Chapecó seja declarada, ainda não é regularizada, conforme observada nas situações jurídicas do site da FUNAI, figura 2.

Figura 02 : Situação legal das Glebas na Terra da TI Xaçecó.

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE(ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Xaçecó	Guarani,Kaingang	SC	Abelardo Luz,Entre Rios	15.623,9581	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Xaçecó (Pinhalzinho-Canhadão)	Guarani,Kaingang	SC	Abelardo Luz	660,0000	Declarada	Tradicionalmente ocupada

Mostrando 1 à 2 de 2 registro(s)

< PRIMEIRO << ANTERIOR | PRÓXIMO >> ÚLTIMO >

Fonte: consulta processual-jurídica da Terra indígena Xaçecó - site da FUNAI 2019.

A composição atual das terras na TI Xaçecó, é uma disputa que se arrasta judicialmente, representando 40% da área total das cidades de Entre Rios e Ipuacu e Abelardo Luz, onde está localizado parte do território que foi espoliado, além da divisa com a cidade de Marema, Bom Jesus e Abelardo Luz, conforme o historiador e morador da TI, Getúlio Narsizo, é composta por;

aproximadamente 6000 indivíduos sendo na sua maioria da etnia Kaingang e uma pequena população da etnia Guarani M'bya, está subdividida em 16 aldeias, sendo: Sede, Pinhalzinho, Olaria, Serrano, Serro Doce, Baixo Samburá, Água Branca, Matão, Manduri, Barro Preto, Fazenda São José, Paiol de Barro, João Veloso, Campos Oliveira, Guarani e Limeira, nos municípios de Ipuacu e Entre Rios. Sua extensão territorial atual é de 15623 hectares. (NARSIZO, 2015. p. 20)

Os choques culturais das relações interétnicas implicaram em concordância com (SANTOS, 2017, p.64) “estranhamento” onde desamparados pela justiça, os indígenas eram tidos como intrusos dentro de suas próprias terras. Da mesma forma que o modo como os colonos adquiriram suas terras, são tidos pelos indígenas como verdadeiros invasores” O que não é um exagero, já que as terras eram griladas e manipuladas pelas Companhias colonizadoras especialmente a Colonizadora Bertaso, Cruzeiro e Lunardi em Santa Catarina,

essas empresas lobistas incorporaram os interesses do Estado e vice-versa, na venda de terrenos para o povoamento indo europeu, sob a égide do positivismo e do progresso.

As formas de poder, passam pelo domínio do território, e tentativas de apagamento da cultura indígena pelo Estado, um ponto importante é a língua, “O Estado brasileiro, paulatinamente promoveu políticas de nacionalização entre as populações indígenas, ora proibindo o uso da língua, ora impondo uma língua única: o nheengatu (português) (NOTZOLD; ROSA, p.27.) Além de ficarem condicionados aos trabalhos compulsórios por comida, o ensino da língua portuguesa foi imposto enquanto fator de “civilidade” em detrimento das línguas maternas dentro da Terra indígena Xaçecó. Como observada na fala do seu Julio, morador da TI Xaçecó, NARSCIZO (2015 apud NARSCIZO, 2014, p. 30)

Eu não aprendi a falar direito a língua Kaingang pois nós éramos obrigados a ir para a escola, os professores obrigavam a gente falar somente em língua portuguesa, e se em algum momento a professora ouvisse alguém falando em língua Kaingang era deixado por longo período de castigos, dentre os castigos mais frequentes eram os de ficar sem intervalo, não sair da sala enquanto os outros iam brincar. Era negada a merenda para todos da sala quando não se identificava o aluno que havia falado, por isso nem terminei a segunda série... fui estudar denovo quando eu tinha dezesseis anos no mobaral para aprender a escrever o meu nome, só pra eu fazer identidade e assinar, também para eu conseguir um emprego na comunidade.¹¹

Tratando ainda das múltiplas faces da violência a suplantação das línguas maternas estão entre os fatores mais importantes na constituição da identidade social indígena, visto que são povos ágrafos “Se existe uma luta pela terra, com muito mais veemência existiu e continua existindo uma luta pela língua”. (MELIÁ, 1992. p.80) A proibição da língua, nesse sentido, foi uma das principais práticas de violência, embasadas no discurso de integração e assimilação das populações indígenas e suas culturas à identidade nacional. Buscou-se ao longo da história construir uma identidade única de nação, desconsiderando as singularidades culturais dos povos originários. Somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 é assegurado o ensino intercultural, bilíngue e específico para as populações indígenas.

Tratando de políticas sociais, cada Terra indígena teve atribuições potenciais de exploração, na Terra indígena Xaçecó a exploração da madeira foi incentivado pelo Estado, o Desmatamento no século XX, teve aceleração no Oeste, com a instalação de madeireiras na região que faziam a retirada de matéria prima, onde caboclos e indígenas foram obrigados a trabalharem. Segundo RENK; “No Oeste de Santa Catarina as agências colonizadoras

¹¹ NARSIZO, Julio. 59 anos. Entrevista concedida a Getulio Narsizo, Aldeia Sede, Terra Indígena Xaçecó, Ipuçu/SC, Outubro de 2014.

desempenhavam o papel de vender e distribuir os terrenos para os colonos, ficando responsáveis também, pela limpeza dos terrenos.” (RENK, 1997, p. 110)

Essa limpeza além do aspecto da paisagem, construindo sob a égide positivista de ordem e progresso, onde os povos originários e as Florestas, eram considerados “mais um obstáculo do que uma riqueza”. (LAGO 1988, p. 264) tinham os indígenas como atraso ao desenvolvimento, coube a política de Estado tirar com violência indígenas e caboclos de suas terras e matar os que se recusassem em nome do projeto político de colonização. Mesmo depois de 1967 com o fim da SPI e reestruturação da FUNAI, o modus operandi dos órgãos indigenistas na TI Xaçecó, se manteve. Usando a mão-de-obra dos indígenas, em trabalhos análogos a escravidão, como pode ser observado relatos dos ancestrais da TI Xaçecó, derrubando matas com a mão-de-obra indígena, grifado na fala de Edmundo Golçalvez, conforme NARSCIZO (2015 apud GONSALVEZ, 2014, p. 44)

Não mudou quase nada com o Estatuto do Índio valendo, pois a exploração da nossa terra ainda continuou por alguns anos ainda, a Funai continuou mandando na gente, os brancos ainda continuaram tirando muita madeira daqui, derrubaram muito mato virgem, a própria Funai pagava os brancos e contratou mais funcionário para trabalhar na serraria e muita árvore foi cortada, até os anos oitenta ainda nós tinha que trabalhar de graça nas lavouras comunitárias que era comandada pela Funai, foi só bem mais tarde que as coisas começaram a mudar.¹²

As metáforas geográficas podem ser analisadas a partir da morfogeografia com a mesma pluralidade do conceito disseminador complexo de micropoderes “uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco nem centro e uma coordenação transversal de instituições e tecnologias” (FOUCAULT; 1982, p. 159) no entanto, alerta para necessidade de “localizar o poder no aparelho do Estado e em fazer do aparelho privilegiado, quase único, do poder de uma classe sobre outra” tendo no poder, canais sutis e muito ambíguos de dispersão regulada proporcionando quase uma “geo-história” numa noção jurídico-política do etnoterritório da TI Xaçecó

Nesse sentido, o Estado adentrou a segunda metade do século XX, durante a Ditadura Militar (1964-1985) teve continuidade o modus operandi de extermínio dos povos indígenas no Brasil de forma sistemática. Em 1967 o relatório Figueiredo é emblemático, supostamente teria sido queimado em um incêndio no Ministério do interior, entretanto após 40 anos, foi encontrado quase intacto em 2013 e se encontra no Museu do Índio. Conforme o Ministério

¹² GONÇALVES, Edimundo. 85 anos. Entrevista concedida a Getulio Narsizo, Aldeia Sede, Terra Indígena Xaçecó, Ipuçu/SC, Setembro de 2014.

Público Federal, o documento foi encontrado no no Rio de Janeiro, com mais de 7 mil páginas preservadas e contendo 29 dos 30 tomos originais, no presente relatório são apuradas as violações¹³ contra os povos indígenas de 1946 a 1988 que foram muitas e não caberiam todas aqui, mantendo o foco na Terra indígena Xaçecó.

A respeito das citações sobre a Terra indígena Xaçecó no Relatório Figueiredo, aparece sobre a Demarcação inicial do território, cooptação de 10 indígenas para trabalho e os “sustos” que foram dados em pessoas que moravam no espaço, para que fosse alcançando uma pseudo harmonia nos trabalhos, segundo o SPI. Além de fuga de indígenas do então Posto Indígena Xaçecó, sugestão para mudança de nome para PI. Cel. Borman além de captura de indígenas, bem como o boletim interno do SPI sobre a operacionalização das serrarias ficando evidenciadas algumas das violências sofridas pelos povos originários e retirada de fundos destinados da assistência social¹⁴ para operacionalização do processo de extração, implantação das serrarias e construção de casas para habitação dos trabalhadores (as) que foram muitas vezes a massa pobre de caboclos, negros, e indígenas da região.

A investigação, feita em plena ditadura, a pedido do então ministro do Interior, Albuquerque Lima, em 1967, foi o resultado de uma expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do SPI e visitou mais de 130 postos indígenas. Orgão criado em 1910, quando várias frentes de expansão avançavam para o interior do país, o SPI era ligado ao Ministério do Interior e funcionou até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). (Ministério público federal. Relatório Figueiredo. MPF. 2022)

Jader corre o país e começam agregar o que encontram, com o auxílio dos Orgãos indigenistas, primeiro SPI e depois a FUNAI que foram o braço direito no projeto nacional de genocídio indígena atuando de modo contraditório em toda extensão territorial.

Alvo de pressão internacional que recebiam denúncias de extermínio de raça e políticas higienistas que levaram o Ministro do interior José Costa Cavalcanti (1969-1974) negar em um pronunciamento oficial as denúncias. Sendo o processo de violência foi tanta,

¹³ Tanto sofreram os índios na peia e no “tronco” que, embora o Código Penal capitule como crime a prisão em cárcere privado, deve-se saudar a adoção desse delito como um inegável progresso no exercício da “proteção ao índio”. Sem ironia pode-se afirmar que os castigos de trabalho forçado e de prisão em cárcere privado representavam a humanização das relações índios – SPI (MI – 44 – 204, 1968, p. 3).

¹⁴ “Vai tirar uma parte da verba de assistência social para comprar acessórios para construção de casas como pregos, fechaduras e dobradiças etc. [...] Se as fazendas de gado fossem melhor aparelhadas teriam dado uma boa renda. Para a mesma foram reservados Cro. 6.000.000.00 de renda específica e Crs. 2.000.000.00 da Assistência social. [...] Sobre o problema da habitação a chefia da inspetoria - é preferível ver o índio habitar uma casa coberta de palha, porém de aspecto sadio, satisfeito e bem nutrido”. (Boletim interno do SPI n.º 57. Meses- OUT, NOV, DEZ-9. BR, RJMI, RELFIG- V6 -V5)

que chegou a ser criada uma colônia indígena, para treiná-los como soldados para implantação do Regime, a Guarda Rural indígena¹⁵ na Ditadura, formando juntas militares para perseguir seus próprios parentes no interior, em contradição ao modo de vida tradicional, sendo coagidos pela FUNAI, que levaram à morte cerca de 8.350 indígenas segundo a comissão da verdade. Desse modo, a FUNAI se mantém apoiada na Lei 6.001, que é o Estatuto do Índio, do tempo da Ditadura Militar, de 1973, e promulgada pela Junta Militar.

Para pensar espaços geográficos e as populações indígenas no território é de suma importância pensar a redução geográfica desse período, enquanto fonte primária do processo histórico, de como a geografia compondo o meio natural, oferece ferramentas necessárias para pensar as relações históricas do espaço, conforme o geógrafo Paul Claval, é preciso;

compreender, as relações complexas que se estabelecem entre indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem e se desenvolvem. Pois o mundo que estudamos é moldado pela ação dos homens e se encontra marcado por seus saberes, seus desejos e aspirações” (CLAVAL, 2004, p 71-72)

Nesse sentido, para pensar o processo histórico se faz necessário pensar complexidades políticas, além de elucidar o espaço geográfico enquanto uma construção histórica no espaço. Conforme Milton Santos, o tempo existe de modo empírico no espaço, sendo tempo-espaço indissociáveis as categorias do espaço geográfico, passado, presente e futuro que não devem ser limitadoras, mas norteadoras das análises geográficas e para analisar o espaço e o passado enquanto caráter de universalidade é preciso corrigir características metodológicas. Nesse sentido, Milton Santos diz que o espaço geográfico é;

[...] um conjunto de fixos e fluxos passando pela afirmação de ser ele a expressão da relação entre a configuração territorial e relações sociais, sua proposta atual é definir o espaço como já visto, como conjunto indissociável do sistema de objetos e sistema de ações (...) portanto as grandes orientadoras da análise geográfica e se desdobram em uma série de outras categorias e conceitos, tais como forma-aparência, forma-conteúdo, rugosidades, eventos, horizontalidades e verticalidades etc. ”Por sua vez, os sistemas de ações, esses sistemas de "processos dotados de propósito" só fazem sentido para a geografia quando relacionados aos sistemas de objetos. (SANTOS, 1996, p. 52-64)

O sistema de objetos, e de ações que interagem entre si, conforme Milton Santos na análise da geografia histórica do espaço, é formado pelos sistemas naturais existentes numa área e pelos acréscimos que os homens lhe impuseram, se aproximando da História

¹⁵ Filme ARARA, um curta metragem gravado com imagens de Rodrigo Piquet mostrando as imagens para Marcelo Zelic, do Tortura nunca mais onde ficam evidentes a partir de imagens a atuação do Estado Federal diante os povos originários nesse período. Filme disponível em: <https://vimeo.com/316155101>. Acessado dia 10 de abril de 2021.

Ambiental pela interdisciplinaridade. É por meio das ações de cada momento histórico sobre os objetos vindos de outros tempos, da intrusão da sociedade nessas formas-objetos, que tem origem no espaço geográfico composto por objeto e ação “por essa razão o espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única” (Santos, 1996; 51; 61; 83) e para isso, precisamos entender a diferença entre os conceitos de espaço geográfico e paisagem, de que não são conceitos que se separam, são um elo contrário, visto que espaço geográfico e paisagem “indicam uma mesma realidade, mas com diferentes níveis de entendimento. Assim, se o espaço geográfico é movimento, porque é totalização, a paisagem é totalidade, porque é um momento do movimento”. (SANTOS, 2002, p.92)

Em relação a geografia histórica e a História ambiental se conversam para relacionar aspectos socioambientais das populações da Terra indígena Xapecó, as transformações no meio natural até sua paisagem atual, de modo interdisciplinar para entender o processo de redução em mais de 1/3 do território, o que impacta no cotidiano, as transformação nas relações geográficas e históricas do espaço, acentuadas em detrimento dos movimentos migratórios do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX para o Oeste de Santa Catarina, visto que a História ambiental “rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as conseqüências (sic) ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. (WORSTER, 1991, p. 199)

Os terrenos agenciados pelas companhias colonizadoras que negociavam com lideranças dos órgãos indigenistas (SPI) e depois da FUNAI, por vezes atuavam lideranças tradicionais que eram cooptadas, em conjunto ao Estado e Companhia colonizadora, contra os indígenas, impactando diretamente no povoamento de colonos e fazendeiros, avançando na redução de território indígena. Conforme o Estatuto do índio de 1973 que em seu “Art. 1º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” indígenas são povos originários, donos da terra..

Documento problemático sobre integração cultural dos indígenas, como se algum dia estivessem estado fora do processo histórico no Brasil. Entretanto, apresenta também importantes ganhos judiciais tratando das terras, enquanto função dos Estados e Municípios conforme parágrafo - IX - garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao

usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Não obstante, a aceleração no Desmatamento gradativo, reflexo do processo Colonizador, que teve alterações em seus mecanismos tecnológicos ao longo do tempo. Dessa forma, tratando dos modos de produção humanos ‘‘a tecnologia são a aplicação de habilidades e conhecimento à exploração do ambiente’’ (WORSTER, 1991, p. 106) pautadas nas relações humanas de produção, que só fazem sentido se estiverem inseridas em um conjunto de ações, e sistemas. Nas décadas de 60 e 70 adentram motosserras, e outras tecnologias que intensificaram além do roubo de terras, o roubo de recursos naturais de forma predatória na TI Xaçecó. conforme SANTOS; SANTOS (2015 apud INÁCIO, 2014, p. 32)

Eu, quando não tinha muita coisa para fazer, ia para mato ver onde tinha mais árvores com frutos para então fazer minhas armadilhas, era um sertão só, muitas árvores existia por aqui, de repente começou um movimento estranho na nossa aldeia, mas até onde me lembro, só escutava ronco de motosserra, ronco de tratores, barulho estranho de motores cerrando madeiras e muita gente estranha entrando com caminhão vazio e saindo carregado de madeira cerrada, outras famílias vindas morar na nossa aldeia (pessoas não indígenas). E daí eu pergunto, onde foram nossas madeiras, nossos animais, nossas aves?¹⁶

As relações passam a ser mais complexas com o avanço da colonização e expulsão de indígenas de suas terras, houve aceleração no Desmatamento da Floresta das Araucárias,

Essas explorações iniciais da madeira de araucária, de imediato proporcionam o deslocamento dos indígenas de algumas áreas que ocupavam ou que utilizavam durante a coleta do pinhão. Também proporcionaram um contato maior entre indígenas, caboclos e colonos. A caça começou a ser dificultada para os indígenas, pois caboclos e colonos também caçavam. Além de aumentar a concorrência, a disputa por alimento era desigual, isso porque dispunham de armas de fogo. (PERES, 2009, p. 84)

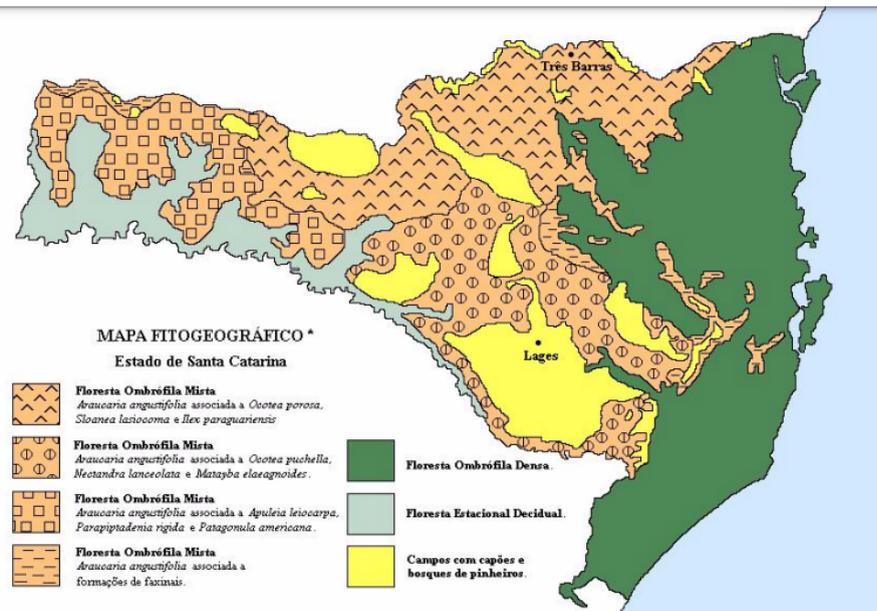
As inter relações dos sujeitos históricos de Santa Catarina com o meio natural foram dinâmicas, diferentes relações com a terra, a depender da construção cultural. A composição da vegetação em Santa Catarina, de modo específico onde localiza-se a Terra indígena Xaçecó, era coberta pela Mata de Araucárias ou Floresta Ombrófila Mista e as formas de relação com o meio são alteradas conforme as relações interétnicas também avançam.

Fica evidenciado o avanço da colonização e do Desmatamento da Floresta Ombrófila Mista que correspondendo a 42,5% e da Floresta de Araucárias, também conhecida como Floresta de pinheiros, pinhais, zona de pinhais, mata de araucárias, entre outras que hoje, correspondem a menos de 10% do Bioma Mata Atlântica, localizado na região Sul e Sudeste

¹⁶ INÁCIO, José. 75 anos, morador da Aldeia Olaria. Entrevista concedida a Gilmar Mendes e Paulo Roberto dos Santos em 23/10/2014

do Brasil, possui em torno de 20.000 espécies vegetais, das quais 8.000 são endêmicas. (GIULIETTI, et al., 2007. p.53) visto que a região Oeste de Santa Catarina abrigava cobertura vegetal original, isto é, antes do massivo desmatamento, composta por Floresta Ombrófila Mista (FOM), também conhecida como Mata Preta e pela Floresta Estacional Decidual (FED). Diferenciada da FOM pelos colonos pelo termo Mata Branca, ambas fitofisionomias pertencem ao bioma da Mata Atlântica. (MORETTO, 2017, p.108)

Mapa 2: Mapa Fitogeográfico de Santa Catarina.



Fonte - KLEIN, R.M. Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina, elaborado por Roberto Miguel Klein – Herbário “Barbosa Rodrigues” - Itajaí-SC, 1978/ Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC. 1978, p.22.

As relações observadas Klein, o mapeamento fitogeográfico da botânica acionada ao espaço geográfico em Santa Catarina, em seu estudo historiográfico fitogeográfico de que a “área ocupada pela Floresta Ombrófila Mista correspondia a 42,5% de toda a vegetação catarinense, totalizando 40.807 km². Atualmente, restam apenas 0,7% de sua área original” (KLEIN, 2017, p. 108). Implicando em disputas fomentadas pelo Estado sobre o desmatamento acentuado com o projeto político e econômico de povoamento e embranquecimento do Sul, utilização da mão de obra indígena e cabocla na abertura de estradas, extração de madeira. Além da introdução da monocultura, agropecuária e suinocultura, acucando indígenas dentro de seus territórios na segunda metade do século XX.

Momento também de avanços nos direitos civis no Brasil, tendo como marco inaugurador, a Constituição Federal de 1988, como prevê direitos básicos de Cidadania e autonomia também quanto aos recursos presentes nas TI's com o Artigo 231 da Constituição;

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé. (BRASIL, 1988, p. 133)

Tendo em vista a segunda metade do séc XX, foi o contexto de maior ataque e expropriação das Terras, quando em 1991, as delimitações são definitivas da TI Xaçepó, não obstante as formas de expropriar tomaram formas mais rebuscadas. No começo do século, escravizava-se indígena sem pudor, para o desmatamento das terras, essas formas mudam com a introdução da Agricultura de Monocultura nas terras e pressões financeiras que acabam levando-os a subempregos, de modo que a maioria ligadas a empresas frigoríficas, os agricultores tendo poucos recursos para produção acabam arrendando suas terras ilicitamente.

Como citado pelo professor Getúlio e diferentes pesquisadores e entendimentos em relação a TI Xaçepó e identidade cultural Kaingang tem singularidade, que foram ignoradas inicialmente pelo Estado, empresas e colonizadores com o discurso de integração, de aculturação e assimilação da cultura indígena. O Estado coage direta e indiretamente para efetivar “novas formas de organização social cultural (capitalista), bem como estimular sua ‘integração nacional’, com o SPI a “aculturação” e “assimilação” alcançam o ápice (ALMEIDA; VUFLE, 2011) onde os agente da SPI vendiam territórios dos indígenas, processo social que ressona no Aldeamento, e tem continuidade com a FUNAI.

Em Santa Catarina, assim como na TI Xaçepó em 1940, foi inaugurado políticas truculentas do “extrativismo da araucária em Santa Catarina teve seu apogeu na década de 1940. Nesse período ela representou quase 20% do volume de madeira exportada do Estado” (PERES, 2009, p. 136) em concomitância com o Aldeamento, em 1944 haviam 804¹⁷ pessoas, sendo 716 kaingang na Terra indígena Xaçepó, conforme fonte do SPI essa introdução, era fomentada pelas relações de trabalho. inicialmente sobre “civilizar”, catequizando e posteriormente pelo trabalho “por meio das práticas agrícolas e da criação de

¹⁷ Disponível em: http://www.portalkaingang.org/index_xapeco.htm

animais que esses ameríndios se inseriram aos poucos no processo capitalista de produção agropecuária nacional (agronegócio)” (ALMEIDA; VULFE, p.294).

Esta ocupação do espaço sofreu alterações ao longo do tempo, e na segunda metade do séc XX a Monocultura adentra as brechas coloniais, substâncias do Estado em relação com os usos da terra, carregam homogeneidades étnicas.

Não é a questão de negar que indígenas e caboclos tenham alterado as florestas, (...). É provável até que tenham causado mudanças profundas no ecossistema, interferindo na disseminação das espécies de flora e nas populações de fauna (...). Além do mais, interferir na natureza é totalmente diferente de destruir, de erradicar a cobertura vegetal pela extração total ou seletiva das árvores, ou do uso do fogo em amplas áreas, sem que se permita a regeneração natural do ecossistema. (CARVALHO, 2006, p. 59)

Devido aos fluxos de deslocamento, a flora associada à Mata de Araucárias como vimos é bastante diversificada. O entendimento da dinâmica natural desse ecossistema ajuda na compreensão do todo, que se refere à relação entre sujeitos e meio natural, onde a densidade demográfica foi objeto de discussão nos processos judiciais e reivindicação de Colonos, Posseiros, Companhias colonizadoras, Estados e até para com eles mesmos, a exemplo do espaço expropriado do Chapecozinho, teriam mais donos que Terras. Uma metáfora para dizer que, as alienações da terra vinham de diferentes poderes, muitos donos que apareciam, gerando violência e mortes indígenas em toda extensão de terras tradicionais.

De fato, a Monocultura, vem adquirindo espaço dominante na paisagem, além dos órgão de assistência havia “o costume por parte das famílias indígenas de realizar contratos extra-oficiais de arrendamento de suas terras com agricultores da região” (NACKE; BLOEMER; 2007, p. 50) posterga a prática e mudam-se os sujeitos histórico. Os arrendamentos perpassam ao longo de todo processo, geralmente são para colonos de classe média alta, da região de Xanxerê, Bom Jesus, Ouro Verde, Ipuacu, Abelardo Luz e Entre Rios, de modo que mudam-se as formas de relação humana de trabalho, mas não a prática da alienação das terras indígenas, em forma de grilagem, pilhagem ou arrendamentos.

Com o avanço da Colonização do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, ocorre o avanço da Monocultura, que vai se caracterizar na passagem do século XX para o século XXI, caso de Abelardo Luz que é território indígena e passou a se intitular a cidade da “Semente de Soja”, que torna-se a principal commodity da região. Os indígenas Kaingang também são agricultores, mas historicamente voltadas à agroecologia, a policultura com variedade de alimentos, atualmente plantam em condições mais precárias, devido a escassez

de recursos precisaram encontrar novas relações em 1967 a FUNAI junto com os indígenas, implementaram o PRODEC (Projeto de Desenvolvimento comunitário) que, segundo as Antropólogas

consistia na plantação de lavouras de milho, soja, utilizando-se da tecnologia moderna, e eventualmente da mão-de-obra indígena. [...] alguns benefícios residuais à parcela das famílias indígenas, como: o preparo mecanizado de terras para o plantio de pequenas lavouras familiares, em média uma quarta da terra; e o financiamento de sementes, a serem devolvidas em espécie por ocasião de colheita. (NACKE; BLOEMER, 2011, p.51)

Na Terra indígena Xaçecó estes recursos advém da COOPERÍNDIGENA, cooperativa voltada ao apoio à produção em grande escala de produtos valorizados comercialmente, contado com os financiamentos do Banco do Brasil que faz o repasse financeiro. Embora com precariedade de tecnologias para desenvolver e as sementes repassadas pela FUNAI, sendo insuficientes. Uma “relação de poder, onde a construção do privilégio se dá em detrimento do ter” (NACKE;BLOEMER, 2011, p.52) tendo inclusive a precedência sobre o fornecimento de sementes, a escolha das melhores terras e das melhores moradias, ou seja, quem têm mais dinheiro e intencionalidade acabam tendo saber-poder, além de créditos do Estado para produzir no território, aumentando a desigualdade interna.

A partir da década de 1990 a exploração de recursos é tratada com mais autonomia da TI Xaçecó e as lideranças, após processo de alienação de 300 hectares, em 1997 é instaurado um inquérito para apurar a questão dos arrendamentos de terra, diante o processo “de desigualdade política, econômica e social atualmente constatado entre a população desta área” (NACKE, 1983, p. 53). Sobre o objetivo de amenizar, em “1999, criaram a Cooperindígena com a participação de 25 sócios [...] tem sido o canal de recebimento e distribuição dos recursos do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar para as 350 famílias indígenas contempladas” (NACKE. 1983, p.53) que exercem os trabalhos agrícolas em suas terras, assim como o processo histórico, emprega contradições internas.

Autonomia que veio sendo construída nas Terras da TI Xaçecó para virada do séc XXI. Anteriormente, os indígenas eram tutelados, pelos órgãos indigenistas, Estado e Agricultores que exerciam um relacionamento paternalista com os indígenas “concretizava nas relações de compadrio, nos casamentos interétnicos, na oferta de trabalho e no fornecimento de alimento e remédios em situação de emergência em troca de trabalho futuro” (NACKE, 1983, p.51) até 1978 com a expulsão de não-indígenas, que exploravam suas terras

na TI Xaçecó, movimento de desintrusão que ocorreu, está presente na memória coletiva repassada através da história oral, dos mais velhos aos mais novos.

De acordo com NARSCIZO (2015 apud LUIZ, 2014, p. 41)

numa manhã meu véio foi chamado pelos meu irmão que ainda é vivo para ir até o escritório da Funai, pois o chefe estava chamando todos da comunidade para uma reunião, então eles foram mesmo sem saber, e fui junto, lá estava a comunidade agitada e comentando que naquele dia teriam que trocar de cacique e que nós iríamos ter que decidir pois os índios já estavam cansados de sofrer e serem maltratados pelo chefe, foi então que o antigo chefe falou que aquela reunião era para ver uns índios que estavam fazendo grupo para atrapalhar a vida da comunidade, então foi ali que uns índios falaram pra ele que queriam a troca de cacique que não existia cacique ali, então o chefe falou que iria apresentar um cacique para eles, mas a maioria não aceitou, então foi proposto que fizesse uma eleição para eleger aquele que a comunidade quisesse, foi então que apresentemos um e o chefe apresentou outro, daí cada um que quisesse aquele cacique tinha que ir para o lado dele, foi nessa vez que elegemos nosso cacique véio o seu Zé Domingos com a maioria dos votos, e foi aí que começou a briga para tirar de vez até o chefe, pois como coloquemos pela primeira vez um cacique também nos tinha que lutar para trocar o chefe e expulsar os não índios da nossa terra.¹⁸ (NARSIZO, 2015; LUIZ;. Op. cit. p.41)

As organizações são complexas do processo histórico, são externas e internas, de modo que o poder maior, por meio da eleição democrática de quatro em quatro anos, “encontramos a figura do Cacique como o chefe maior, seguido pela figura do Vice Cacique e um Capitão Geral, essas três lideranças são eleitas [...] além desses há também capitães locais e lideranças”. (NARSIZO, 2015, p.19). Há uma organização interna de vigilância, a “liderança” que são autoridades nomeadas pelo cacicado e reconhecidas pela aldeia, como responsáveis por intervir, internamente, de forma autônoma. Legitimados inclusive para penalizar infrações dentro da TI Xaçecó, as penalizações mais recorrentes são o isolamento, ficando amarrados em troncos, até mesmo agressão física, dependendo da transgressão.

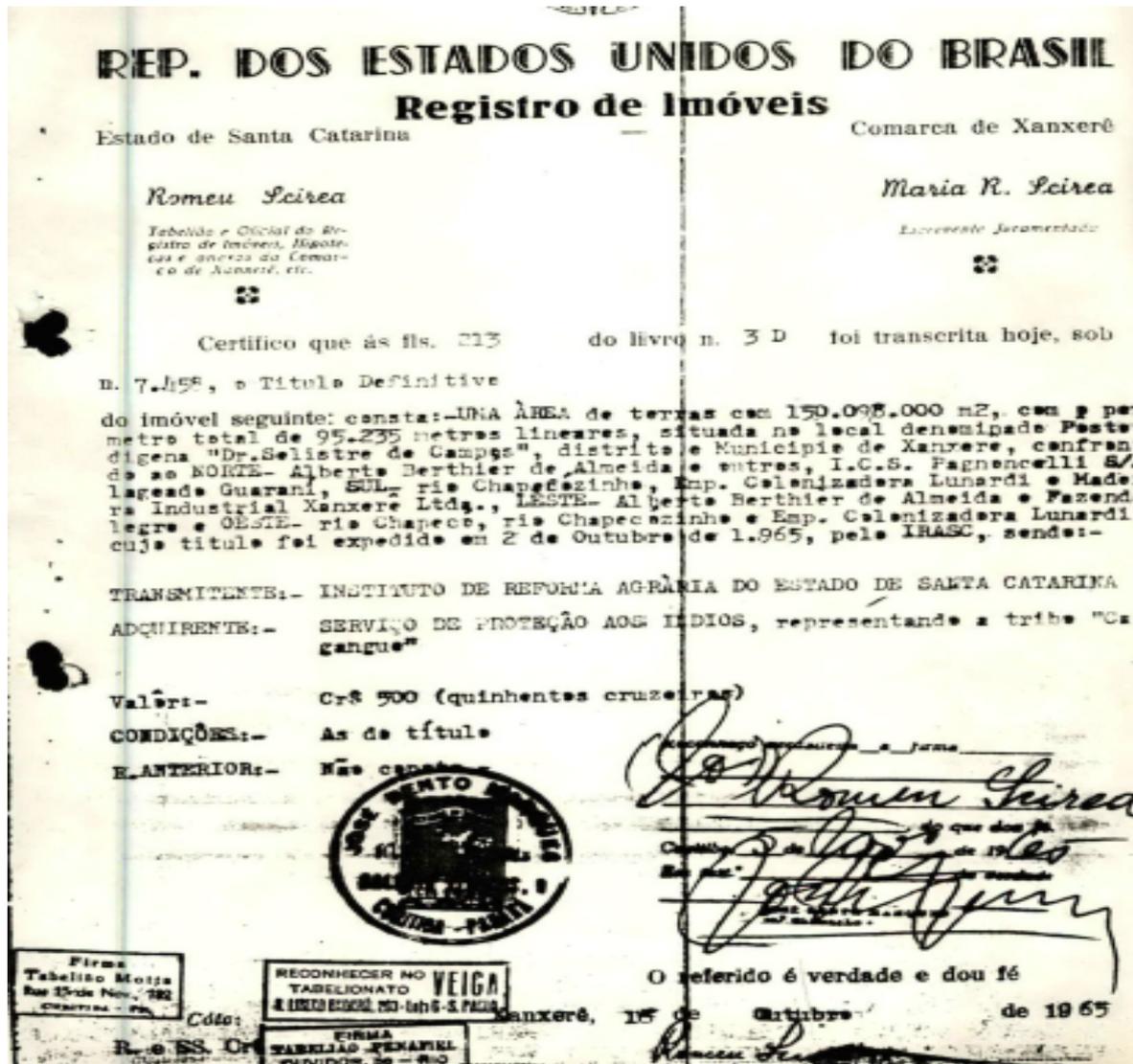
2.2 LOCAL E LEGISLAÇÃO

Além de aspectos culturais, judiciais, econômicos e culturais, a paisagem que compõe o meio natural é ordenada por meios judiciais que culminam na dispersão da comunidade, na Terra indígena Xaçecó. Podemos observar por meio do inquérito, às alterações na paisagem, e organizações internas que perpassam as Fronteiras judiciais para pensar o espaço, enquanto fonte política. Que desconsideram a construção histórica cultural dos povos indígenas que vem se estabelecendo do noroeste do Paraná para o Oeste de Santa Catarina. Por meio das

¹⁸ LUIZ, Ana Andreza, 99 anos. Entrevista concedida a Getulio Narsizo em outubro de 2014, Aldeia Sede da Terra Indígena Xaçecó.

Legislações, que atravessam as Fronteiras geográficas, assim como a redução do território. Passando do Estado do Paraná para a Comarca de Xanxerê, no estado de Santa Catarina. Como pode ser observado o movimento no processo publicado no Diário Oficial de 30 OUT homologado em 1991, e publicado em 1995.

Figura 03: Decreto de Terras e Demarcação da TI Xaçepó pela Comarca de Xanxerê em 1995.



Fonte: Acervo da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) Decreto de Diário Oficial de 30 OUT 1995.

No ART 1* conferindo o Decreto das Terras indígenas do Município de Autazes, Estado do Amazonas e ART 2* as delimitações geográficas destas, bem como as atuais da TI Xaçepó.

homologada a demarcação promovida pela FUNAI, pela Comarca de Xanxerê, da Área indígena Xaçepó, localizada no município de Marema e Xanxerê no

estado de Santa Catarina com a superfície de 16.623 hectares (quinze mil, seiscentos e vinte e três hectares, noventa e cinco ares e oitenta e um centímetros) o perímetro de 103. 779. 37 m (cento e três mil, setecentos e setenta e nove metros e trinta e sete centímetros” (Seção 24049. Decreto n* 297, de 29 de outubro de 1991)

Muito embora as regiões de Fronteiras tenham mudado, com emancipação de cidades próximas e tenha caminhado a redução das Terras indígenas, fica acordada no mapa a diferença entre o espaço homologado e o Decreto da revisão atual do Espaço e posterior despacho. Podemos perceber que tanto as instituições de poder caminham, como o território das Comarcas de jurisdição, que não podem ser sistematizadas linearmente devido a dimensões do Espaço, processo em escala nacional, estadual e regional envolvendo os Estados do Paraná, Santa Catarina, Estado nação e empresas privadas.

A redução da TI Xapecó como objeto de pesquisa, teve avanço na TI Toldo Imbú, com acordo entre a SPI e Fazendeiros, onde foram retirados em 1949 “tiveram que deixar seu rico território, afora a mata virgem e a abundância da caça e da pesca, perderam também a liberdade de se autogerirem, submetendo-se aos caprichos do chefe do Posto Indígena.” (NACKE;SENS;BLOEMER, 2007, p.68) retirados a força, devido agenciamentos que começara, em 1917 com expedições de dois títulos da Fazenda São Pedro, posteriormente em 1952 foram retirados por acordo com o Estado de Santa Catarina, tanto da Terra Toldo Formigas quanto do Chapecozinho (Atual Bom Jesus) efetivando o esbulho do Toldo Imbú. Não obstante, o movimento indígena Kaingang, continua a luta tradicional pela terra;

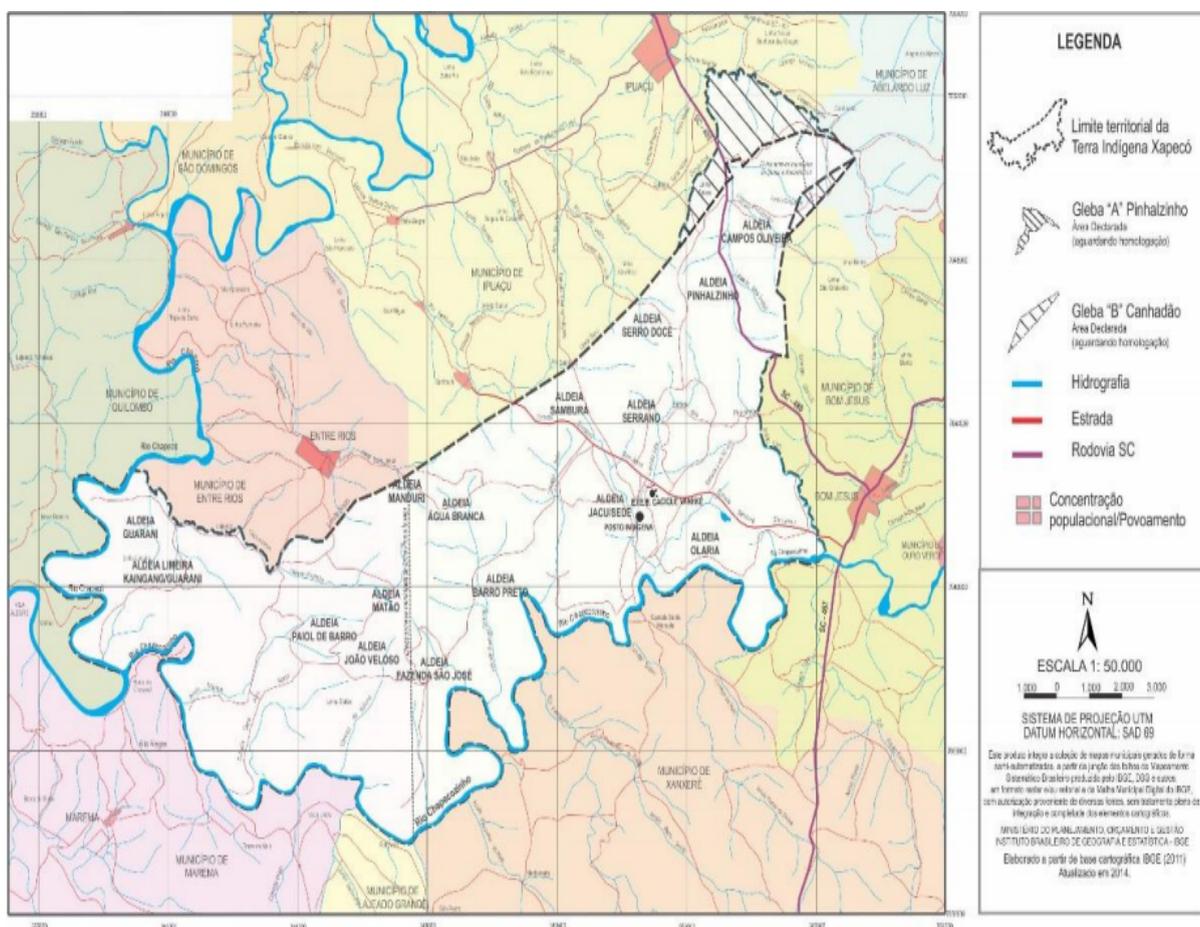
No toldo Imbu, espaço de ocupação tradicional kaingang, foram declarados terra indígena 1.965 hectares. A demarcação dessa TI se iniciou em 2007, quando foi publicada a portaria declaratória; entretanto, a luta pela retomada das terras começou em 1998, quando nove famílias kaingangs que residiam na TI Xapecó retornaram ao Imbu”. (NACKE et al., 2007, p. 68)

As terras foram espoliadas, estão em disputa entre os povos originários, Colonos e Fazendeiros da região, que compraram terrenos dos próprios agentes do SPI e do Posto Indígena, vão adentrando o territórios que é subdividido no século XX, mas antes era tudo parte da Terra indígena Xapecó. No canhadão existem cerca de 800 hectares que foram espoliados, hoje Abelardo Luz onde fica a comunidade, Alegre do Marco. Devido ao acordo entre a FUNAI com a firma Saulle Pagnocelli de Xanxerê. De modo que os próprios órgãos indigenistas, tanto a SPI “de maneira contraditória, sua atuação beneficiou os interesses da colonização e da exploração madeireira. [...] e a (FUNAI) “tampouco agiu para facilitar a

devolução das terras ou melhorar a situação dos indígenas” (RODRIGUES; LINO, 2021, p.4) favorecendo o esbulho do território indígena ao longo do processo histórico.

A redução da Terra indígena ocorreu gradativamente, sendo que seu ápice foi efetivado pela Diretoria de Terras e Colonização do Estado de Santa Catarina com a atualização de limites em 1987 onde culminou na homologação de 1991, e publicação no Diário Oficial em 2003. Conforme o Despacho nº 81/PRES, de 5 de setembro de 2003, do Presidente da FUNAI, publicado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2003 e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 22 de outubro de 2003.

Mapa 3: Redução e homologação da TI Xaçepó.



Fonte: Elaborada e adaptada por Carina Santos de Almeida e pelo geógrafo Alexandre Luiz Rouber a partir da base cartográfica do IBGE, 2011. Acervo LABHIN-UFSC.

Pudemos perceber no mapa 03, de forma mais didática que o etnoterritório que foi espoliado em relação ao território inicial do Decreto do Estado do Paraná de 1902 a atual promulgação do Estado de Santa Catarina de 1991. A redução que implicou na mudança dos

costumes agrários na transição da Policultura para Monocultura, enquanto simbolismo que introduzem diferentes *modus vivendi*, além de organizativos da Identidade indígena, voltada ao uso comunal da terra para o sistema capitalista de produção da TI Xaçecó. Sendo construída e acuada ao longo do tempo, por múltiplos atores de poder, órgãos de proteção, Estado Federais e Nacionais, Empresas privadas, bem como Colonos e Agricultores, até seu formato atual! Não obstante, mesmo reduzida a Terra indígena Xaçecó continua sendo de suma importância para pensar a manutenção da identidade indígena, através da resistência, uso da língua tradicional, costumes, tradições e simbolismos da cultura indígena.

3) CAPÍTULO 2: A TERRA INDÍGENA XAPECÓ E O MARCO TEMPORAL.

3.1 A terra indígena documentada

O Documentário¹⁹ “TERRA INDÍGENA XAPECÓ X MARCO TEMPORAL” se faz de suma importância examinar novas produções em torno da construção histórica do território originário, visto que o processo cultural se inicia no passado, mas é um processo inacabado e violento ao longo do tempo. Tendo em vista que os povos indígenas são de tradição ágrafa, onde os conhecimentos passam de pais para filhos e parentes através da oralidade, muito se perde pela falta de documentação, se convertendo em barreiras para compreender a história dos povos originários e suas singularidades culturais que ficam evidenciadas especialmente na fala dos próprios indígenas. Portanto, não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos da própria História.

No presente capítulo trataremos de forma mais específica dos impactos das transformações socioculturais e geográficas na TI Xaçecó, impactos ambientais e culturais do Marco Temporal no território e na vida dos povos indígenas, através do Documentário TI Xaçecó - Marco Temporal, buscando compreender como as transformações que se acentuam principalmente depois da metade do séc XX. Como vão impactar na produção dos corpos e identidades indígenas, bem como relações econômicas e aspectos culturais dos povos indígenas, especialmente no que tange às mudanças ocorridas, hábitos alimentares, formas de se relacionar e futuro dos povos na Terra Indígena Xaçecó.

¹⁹ Documentário disponível na plataforma do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=7no403iWJiA>

O Documentário, intitulado “TERRA INDÍGENA XAPECÓ X MARCO TEMPORAL” será analisado enquanto fonte histórica primária. Produzido em 2021 pelo projeto AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA – NÚCLEO SC - EIEB CACIQUE VANHKRE, tendo como orientador de Estudos: Márcio Pinheiro. Professores-cursistas: Ana Paula Narsizo, Gracieli Belino, Jaison Ferreira, Janete de Paulo, Lirio Costa dos Santos, Nilson Belino, Iago Rael Norémag Narsizo (colaboração) e Participação dos Alunos (as) do Ensino Médio e Ensino médio inovador EIEB CACIQUE VANHKRE (TURMAS 2021) as filmagens feitas por Cainan dos Santos Lopes, Emanuéli de Oliveira Borges. Edição por Juliana Oktawati, Ivan Pigozzo e Talita França Roza.

Discorre sobre 8 perguntas das quais os professores-pesquisadores Me. Getúlio Narsizo e Me. Nilson Belino respondem; “Como a terra indígena Xaçepó é criada?”, “Como aconteceu a perda do território na TI Xaçepó?” , “Qual o conceito de família para o povo Kaingang?”, “O que é relevante para a construção para a organização do povo Kaingang”, “O que é o marco temporal” e “Qual mensagem deixaria para as próximas gerações?” Nesse sentido, Getúlio Narsizo e Nilson Belino (ex- cacique) ambos são professores de Licenciatura em História na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre, que é concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares do povo indígena kaingang na Terra indígena Xaçepó.

Conforme NAPOLITANO (2008) acerca das fontes audiovisuais, historiadores especialistas em fontes de natureza não-escrita, chamam atenção que

Por um lado, as fontes audiovisuais (cinema, televisão e registros sonoros em geral) são considerados por alguns, tradicional e erroneamente, testemunhos quase diretos e objetivos da história, de alto poder ilustrativo, sobretudo quando possuem um caráter estritamente documental, qual seja, o registro direto de eventos e personagens históricos. Por outro lado, as fontes audiovisuais de natureza assumidamente artística (filmes de ficção, teledramaturgia, canções e peças musicais) são percebidas muitas vezes sob o estigma de subjetividade absoluta, impressões estéticas de fatos sociais objetivos que lhe são exteriores (NAPOLITANO, 2005, p. 235-236)

Nesse sentido, para “a necessidade de articular a linguagem técnico-estética das fontes audiovisuais e musicais (ou seja, seus códigos internos de funcionamento) e as representações da realidade histórica ou social nela contidas (ou seja, seu "conteúdo" narrativo propriamente dito). (NAPOLITANO, 2008, p. 237) de modo que a estrutura objetiva e a subjetiva devem estar em concomitância com o processo histórico.

Conforme BELINO (2021) a Terra indígena Xaçecó onde os mais novos morram tem grande possibilidade de ser revista, pois além de ser uma terra tradicional Kaingang, também é uma terra herdada do Cacique Vaicrê, pelos serviços prestados em 1890 com o grupo de indígenas sob seus mandos. Contratados pelo Governo do Paraná para fazer um trabalho de abertura da linha telegráfica e as picadas de estrada por onde ela passaria, quando recebem em 1902, a legitimação da terra que já era dos indígenas, na época não se chamavam Kaingang, mas Coroados. Desse modo,

Divide a ocupação do território em dois momentos a ocupação do espaço “primeiro, um território tradicional, que vão se inserir em um modelo de nomadismo, porque o território Kaingang da época, vinha desde São Paulo, Paraná, Santa Catarina, até o Rio Grande do Sul em um processo de nomadismo. E depois Decreto n.º 7, de 18 de junho de 1902 vemos passar para outro modelo, de território nacional para um território mais local, passando para um sistema mais sedentário a partir da delimitação do espaço. (BELINO, 2021, 5:35-7:54)

Sobre a perda de território com essas transformações das fronteiras, conforme BELINO (2021) foi uma perda gradativa de território, muitos indígenas que residem na Terra indígena Xaçecó, são oriundos do Toldo Imbú, que era Reserva Indígena Xaçecó, compreendida de Abelardo Luz, até onde os rios Xaçecó e Xaçecozinho fazem barra. a partir no final de 1950 quando trazem os indígenas do hoje, Toldo Imbú para o Xaçecó.

Na época um funcionário do SPI teria vendido esse espaço, na época ludibriou os indígenas. Nessa retirada, alguns vieram por conta própria e alguns expulsos do lugar, alguns amarrados, espancados e foram jogados para cá como se fossem animais, e a terra foi suprimida nesse período, e o longo do tempo também muitas terras foram titularizadas pelas algumas registradas para algumas colonizadoras e essa perda foi ocorrendo simultaneamente”. (BELINO, 2021, 9:34-10:07)

As transformações das relações de trabalho culminam da espoliação do etnoterritório dos povos indígenas na Terra indígena Xaçecó, pois com a espoliação, a violência presentes na memória coletiva dos indígenas, pois na verdade não foi uma perda, mas um roubo, conforme NARSCISO (2021) devido a Doação de terra pelo próprio governo, a SPI e depois pela FUNAI que agenciava, atribui a falta de conhecimento das lideranças, a morosidade da justiça, o professor aprofunda sua reflexão;

nós não perdemos território, nós fomos roubados, fomos sequestrados, nossos direitos foram tirados, nossas famílias de cima de nossos territórios. Um exemplo bem claro na Terra indígena Xaçecó é a retomada do Toldo Imbú, que está para sair a demarcação final. Nossos parentes foram jogados década de 40-50 carregados em cima de caminhões, foram trazidos de sequestrados, sequestrados, da região de Abelardo trazidos e jogados para cá, sem direito a nada, para desocupar a terra para

os colonizadores, grandes plantadores de soja, de milho, grandes produtores da época para retirada da madeira, para exploração do solo pela agricultura e pelos grandes proprietários de terra, que ainda existem hoje. (...) Quem mais briga com nós, não é a sociedade, são os grandes proprietários de terra, os grandes latifundiários de terra, que com auxílio do governo se apropriaram do nosso território ao longo do tempo. Índio nenhum perdeu território, foi roubado. (NARSCISO, Getúlio 15:35 a 16:50)

Sobre a composição dentro da Terra indígena Xaçecó, podemos confrontar algumas fontes bibliográficas e documentais que retratam somente a presença de Kaingangs e Guaranis, em alguns casos Xokleng, fica evidenciado o equívoco, ratificado na fala do professor sobre a composição das etnias existentes atualmente NARSCISO (2021)

Tem uma família da quase extinta no sul do Brasil, uma das menores etnias, os Xetás, vindo do Paraná, um dos membros da família, o Rondon Xeta que trabalha no posto já a muitos anos, assume uma função de servidor na FUNAI na época, trabalhando com a saúde indígena, ele vem para nossa região e já está vivendo aqui a mais de 40 anos. Tem netos, é casado com uma Kaingang, mas como somos Kaingangs somos de família patrilineares, todos os filhos vindos de Xetas são considerados xetas, a mesma coisa com os guaranis e uma família de Xokleng, casado com uma Kaingang. Temos hoje no Xaçecó 4 etnias representadas aqui, os Kaingangs, em sua grande maioria, um grupo de mais de 6000 Kaingangs um grupo de mais ou menos umas 280 de famílias Guarani e mais duas famílias Xokleng e Xetas. (NARSIZO, 2021, 25:03- 26:25)

Em relação ao conceito de família para os Kaingang? o professor-pesquisador NARSCISO (2021) fala das relações internas e com o meio natural:

Falar de família para o Kaingang é o mesmo que falar de casa, que a casa para nós kaingangs não é o lugar onde que vivemos com os filhos e com a esposa, a casa para nós é toda terra indígena, todo território, o pequeno território indígena é chamado de casa e todas as pessoas que estão dentro do território são considerados família, somos parentes, somos irmãos todo mundo, o Kaingang é Kamé e é Kairu, não existe Kaingang se não existe as duas metades, e não existe duas metades se não existir uma grande família, um grande núcleo um grande grupo familiar, tanto é que a Terra indígena, o Xaçecó, tem as terras indígenas as aldeias e os núcleos familiares. Três grupos dentro de uma grande terra. Então a família é uma extensão de pessoas que vai além de pai, mãe e filhos, ela é pai, mãe, filhos, irmãos, sobrinhos, tios, é todo grupo familiar regidos por uma organização interna, própria a partir dos usos, da tradição, da língua, ligados a cosmologia a partir do conceito da ancestralidade. (NARSIZO, 2021, 27:05 - 28:59)

Como é visto o tempo para os Kaingang a organização social Kaingang existe Cacique, vice-cacique, lideranças, as lideranças políticas, as lideranças religiosas, existem as lideranças tradicionais, e existe a família e uma liderança dentro da família, que é um grupo bem grande de pessoas que varia de 40 a 50 pessoas, uma família Kaingang de forma geral é todo o povo, regido por uma organização própria, com formas de se relacionar com o meio natural e com a comunidade, singulares em seus usos, dos costumes, das tradições, da língua,

da espiritualidade, ligado a cosmologia, ligado ao modo de ver diferenciado, a partir do conceito da ancestralidade com a terra, com a natureza, chamada de *Gatãn*²⁰.

No início do século XX a composição da paisagem natural do Oeste de Santa Catarina dividir se na Floresta Estacional Decidual (FED) “mata branca” e a Floresta Ombrófila Mista (FOM) também chamada Floresta de Araucárias, das quais são conhecidas como “Mata preta” onde há ocorrência de pinhais compreende uma superfície aproximada de 47.000 km², conforme NODARI (2010). Não obstante na Terra indígena Xapecó a Floresta Ombrófila Mista é predominante, como pode ser vista nas fontes iconográficas, a predominância de araucárias enquanto espécie que influi na produção dos corpos e habitus²¹ alimentares dos povos indígenas existentes, caracterizando uma etnopaisagem que em contraponto às monoculturas que vem se disseminando pelo território, uma fonte de análise.

A produção dos corpos indígenas vem se transformando no processo histórico, observamos com o revisionismo de pesquisa e exercício de ressignificação das mudanças na Terra Indígena Xapecó, são de suma importância para pensar a manutenção das identidades indígenas. Atualmente uma ferramenta possível são as mudanças nos hábitos de alimentação, visto que não existe indígena sem terra, que norteia o modo de vida próprio e conexão com a ancestralidade das comunidades tradicionais, usufruto da terra indissociavelmente ligadas ao espaço geográfico e processos históricos de transformações sociais, jurídicas, econômicas e culturais ao longo do tempo-espaço. Entendendo como o meio natural na Terra indígena Xapecó afeta os habitus dos indígenas kaingangs e vice-versa na fabricação dos corpos e suas transformações ao longo do tempo, Conforme o antropólogo OLIVEIRA (2009)

Antigamente as pessoas “se criavam comendo” mais égoro, émi, pishé, canjica, mel de abelha e carne de caça, comidas consideradas mais fortes do que a comida atual, comprada no mercado. Hoje se come mais arroz, massa, pão e carne de frango,

²⁰ Gatãn: É tudo que existe na mata, ou seja, plantas, animais e vegetais. Além disso há um grupo de dança com este nome Gatãn na escola Cacique Vanhkrê da Terra Indígena Xapecó/SC, onde alunos de todas as idades participam por vontade própria, este grupo de dança se apresenta em vários lugares onde são convidados, representam na dança as características e a músicas dos animais que fazem parte da mitologia Kaingang. (BIAZI 2017, p. 166).

²¹ [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as *experiências passadas*, funciona *a cada momento como uma matriz de percepções*, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, 1983, p. 65) Enfim, o conhecimento que podemos chamar de *praxiológico* (que) tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações *dialéticas* entre essas estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. (Bourdieu, 1983, p. 46-47)

comidas ditas “mais fracas” do que as antigas. As comidas “antigas”, também chamadas de “grosseiras”, geralmente não podem ser compradas no mercado, sendo necessário plantar ou coletá-las, enquanto a comida “fina” do branco vem do mercado. Ao falar de comida “grosseira” se referem 72 principalmente à canjica, “virado”³⁸, quirera, farinha torrada ou pishé. A canjica é um produto que até pode ser comprada no mercado, porém, como já dito no item anterior, é considerada mais fraca do que a canjica socada no pilão com cinza. (OLIVEIRA, 2009, p.72)

Assim as chamadas “comidas finas” arroz, macarrão e até mesmo alimentos que antes eram plantados, hoje são comprados no mercado, trazem consigo os agrotóxicos que afetam a produção do corpo, assim como as produções agrícolas de monocultura, no sentido que para o autor seria imprescindível que fosse estimulado e restabelecido a policultura, pensando na continuidade da cultura agroecológica, comprometida com maior número de produtos e qualidade de vida dos povos originários.

3.2 TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES E CONCEPÇÕES DE TEMPO

O Tempo, é visto de algumas formas pelos indígenas na TI Xaçecó, as autoras PAULA;BERNARDI;SOUZA (2021) no trabalho - Kairós e Chronos: sobre os tempos e a cosmologia Kaingang, estabelecem relações de tempo e as diferenças entre o tempo Kairós baseado na natureza, ciclos temporais na vida dos Kaingang da TI Xaçecó a partir dos relatos dos “Kofa ag” (velhos) onde dizem “consideramos que a concepção de tempo dos indígenas se contrapõe ao que preconiza a sociedade capitalista para a qual todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado e controlado”. (PAULA; BERNARDI; SOUZA, 2011, p.95) Assim como descreve (FILHO; JANUÁRIO, 2011, p. 54)

As sociedades indígenas construíram seus conhecimentos sobre o tempo observaram os padrões de fenômenos, aprenderam sobre as diversas inter relações entre o tempo, sem separá-lo da sociedade ou da natureza, sem desconsiderar as informações percebidas pelas suas crenças e as experiências dos ancestrais, sempre dentro de uma lógica que explique e simbolize a existência da vida.

Nesse sentido, observamos na fala de BELINO (2021) que destaca as concepções de tempo-espaço dentro da cultura indígena na Terra indígena Xaçecó:

ocorria na natureza, tempo de plantio, de movimento da lua, da idade das pessoas, também levava em consideração anos, dias, e meses e décadas pela seca de taquara por exemplo, e cada mudança de seca de taquara se contava uma mudança para os indígenas, [...] seca de taquara, que ocorre de 30 em 30 anos e quando secava aquela taquara, aquela pessoa tinha cerca de 30 anos, notava que secava automaticamente. Desde o plantio coletivo, a coleta, tudo no tempo certo, se observava o próprio

sistema através da lua, desde o batismo, os nomes para essas famílias. (BELINO, 2021, 31:01 -33:00)

O tempo relógio, o Chronos, onde tudo é cronometrado de uma visão ocidental europeia, dito civilizado é visto por NARSCISO (2021) como “uma prisão sem grade”, além das formas anteriores de observar o tempo para cultura Kaingang, citada pelo mesmo

está ligado aos acontecimento da natureza, mas ligado ao surgimento das lideranças, contamos a partir dos caciques [...] no tempo do José Domingos aconteceu a desintrusão da terra indígena Xaçecó, foi retirado todos os colonizadores que tinham entrado a convite do SPI no início do século XX [...] com o SPI vem toda a colonização e tem o tempo daquelas lideranças, e depois nós vamos ter o tempo do Cacique José Domingos que foi o primeiro Cacique eleito, vai ter a retirar todos os não-indígenas, as pessoas que entraram nos tempos do SPI, que eram daquelas lideranças. [...] no tempo do Cacique Valdo acontece a mudança de liderança e temos um movimento político, a liderança de não-indígenas, foi o primeiro vereador indígena na região, no município de Ipuacu e o João Roque no município de Entre Rios. [...] Com a saída do Cacique Valdo, tem a entrada do tempo do Cacique Orides, que vamos fazer a troca de liderança, já aliada a esse modo político atual, de uma troca de 4 em quatro anos, uma interferência da cultura não-indígena com a cultura indígena, sai a liderança tradicional e entra a liderança política, mas que uma liderança política que ao mesmo tempo é tradicional. [...] nosso tempo Kairós, que não tem uma data inicial, que nós vivemos esse tempo, e não temos uma hora para acordar e nem hora para dormir, seguimos de acordo com a natureza, por exemplo se vai fazer o plantio/colheita de certos alimentos é no inverno, no verão, na primavera, no verão, no outono, mas para cada movimento da natureza existe uma certa forma de comportamento de nosso Kuja ag, com as nossas crianças, têm o tempo da caça, o tempo da pesca, pensando no tempo Kaingang. (NARSIZO, 2021, 32:27 - 43:00)

Fica evidenciado tanto as transformações na produção dos corpos indígenas, as práticas de caça, pesca e coleta ligadas ao tempo, caracterizando a ancestralidade quanto às diferenças acerca das relações com o tempo, o tempo Kairós está ligado a mutabilidade da tarefa, conforme a natureza que condiciona e é condicionada pelas atividades ligadas às passagens dos indígenas pela vida, onde seus velhos fazem a passagem, caso do ritual do Kiki citado enquanto uma preocupação em relação a frequência que é feito, devido a perdas culturais. Devido a falta de atenção dos mais novos as histórias dos Kofa ag, a morte dos mesmos e com elas as narrativas que se perdem, devido a tradição oral, que precisam ser escutadas, ou escritas, movimento que vem sendo ampliado com os inúmeros professores mestres de diferentes áreas da ciência dentro da Terra indígena Xaçecó.

Em relação às mudanças observadas ao longo do tempo? São evidenciadas e as transformações na cultura, forma de ver o mundo, a falta do contato entre as gerações devido influência das tecnologias, por conseguinte o esquecimento da juventude das tradições indígenas, da língua, além da interferência da Escola e pensamentos eurocêntrico, positivista

e com a ideia de transformar o índio em pequeno agricultor, ou pequeno empresário com um pensamento neoliberal, do capitalismo forte que assola toda questão cultural, conforme NARSIZO (2021)

[...] o avanço das cidades, esse avanço e desenvolvimento do capital as barragens, a prostituição, a entrada da droga dentro das terras indígenas, nós povos indígenas não estamos preparados para isso. Muitas lideranças foram seduzidos acabaram se apropriando e esqueceram da coletividade e mais tarde de maneira geral muitas coisas fomos obrigados a nos adaptar pra sobreviver, eu costumo dizer aonde eu passo, que cada passo que dou dentro e fora da terra indígena, estou pisando no sangue das minhas lideranças [...] se perdendo parte dessa oralidade, parte de parar e ouvir, sentar ao redor do fogo, escutar os velhos, ouvir avós, pai e a mãe é algumas das mudanças que estão acontecendo que a de ser repensado, ade ser replanejado para garantir o futuro do nosso povo enquanto cidadão, mas ao mesmo tempo e enquanto povo etnicamente diferente, com seus usos, costumes e respeito de um para com outro dentro da comunidade. (NARSIZO, 2021, 39:52 - 42:51)

3.3 O MARCO TEMPORAL NA TERRA INDÍGENA XAPECÓ

A tese do Marco Temporal atualmente se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados através do PL 490/2007 proposta pelo Deputado Homero Pereira, visa a transferência da competência de demarcação de Terras Indígenas do Poder Executivo para o Legislativo, ou seja pela Câmara dos Deputados e Senado. Atualmente é feita pela FUNAI com etapas e estudos antropológicos, das relações e ocupações no espaço, quando demarcadas e legitimadas pelo poder executivo, a FUNAI paga pelas terras onde a ocupação é de boa fé. Quanto à tramitação, devido interesse por parte do Agronegócio nas terras indígenas foi aprovada pela “Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, rejeitada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e aguarda análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Agência Câmara Notícias. Publicada em 01/11/2007 - 20:37) Somente depois dessas etapas seguirá para votação no Plenário.

A segunda materialização do Marco temporal, após o caso da Raposa Serra do Sol de Roraima ser julgado em 2009, está em tramitação na corte do STF, o Recurso Extraordinário 1.017.365, que trata da ação de reintegração de posse movida pelo governo de Santa Catarina contra o povo Xokleng, referente à Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, onde vivem os povos Guarani e Kaingang. Tendo o Ministro Edson Fachin como relator, que já deu o voto favorável às questões indígenas, diferente do Ministro Kassio Nunes Marques. O processo era

para ter sido retornado, em junho, mas o Ministro Alexandre de Moraes pediu vistas, ou seja, mais tempo para analisar o processo.

O Marco temporal é uma tese primeiramente inconstitucional, porque vislumbra reconhecer as ocupações das terras indígenas que estavam ocupadas pelos indígenas na data de promulgação da Constituição Federal, dia 5 de outubro de 1988, em contradição com o Estatuto do índio e a Constituição Federal. Na CF de 88, no **Art. 231**. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Desse modo, evidenciado no § 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Além das relações de autonomia dos povos originários serem afetadas com relação ao usufruto de suas terras, a tese do Marco temporal, ignora todo processo de opressão histórica que os indígenas sofrem ao longo de 522 anos, sejam elas retiradas forçadas, massacres, trabalhos escravos, epidemias, violências sexuais entre outras formas de violência que fizeram com que os povos originários saíssem de seus territórios, caso da Terra indígenas Xapecó. Onde essas violências ocorreram antes da CF de 88 e continuaram depois, assim como a ocupação do território antecede o próprio Estado, que desde que nasceu “a ação do Estado para com as populações indígenas foi de continuidade de práticas coloniais, mas sob novas roupagens jurídicas” (SANTOS, 2017, p.89). Desse modo, as condicionantes dos processos do Marco Temporal estão na ordem do dia de todos que defendem os direitos indígenas, contra o agronegócio, de modo que vai impactar diretamente nas mais de 800 Terras Indígenas que estão em processo de reconhecimento das homologadas e demarcadas.

Pensar em mudanças implica em pensar no processo histórico que espoliou o etnoterritório na Terra indígena Xapecó, os entrevistados respondem, **Qual o impacto do Marco Temporal?** Conforme o processo julgado na Terra indígena Raposa Serra do Sol, de Roraima, foi usado a primeira o termo, em 2009, inicialmente não visava servir de jurisprudência para as demais, Alexandre de Moraes, um dos ministros do STF, propõe que essa tese, servirá de modelo para todas as futuras ações demarcatórias em processos das terras indígenas do Brasil, para que diretrizes governamentais. O professor-pesquisador NARSIZO (2021) diz que o processo está em tramitação é na verdade um movimento para breçar a

demarcação de terras indígenas, pretendido que somente os territórios ocupados em 1988, sejam demarcados.

O **Marco Temporal** não é nada mais que uma afronta contra o direito dos povos indígenas... Que uma vez sendo aprovado nós vamos perder o direito de reivindicar nosso território, onde viveram nossos ancestrais, onde nosso umbigo está enterrado, onde nossos parentes, nossa gente morreu para que nós estivéssemos hoje aqui. Se aprovado o Marco Temporal, os nossos índios que estão acampados em nosso antigo território, territórios garantidos pela memória dos nossos velhos, são tempos imemoriais, eles vão ser retirados e jogados nos territórios já demarcados. [...] Vai garantir que aquele território nunca mais volte a ser nosso. O pessoal que está acampado, por exemplo no Toldo Imbu, que foram retirados, nossos pais na década de 40 não retornem mais, porque de 40 para 88, são quase 50 anos. Que os índios foram expulsos daquele território sem possibilidade de voltar, sabendo que o nosso antigo líder, Cacique Victorino Kondá, é sepultado na região de Abelardo Luz, que é um território nosso, mas com a aprovação do Marco temporal ele deixa de ser. (NARSIZO, 2021, 19:19 - 21:12)

As terras que foram demarcadas tendem a diminuir ainda mais seu território atual, sendo motivo de preocupação com espaço para a reprodução física e cultural das famílias indígenas e seus modos de vida. O Marco Temporal vem para impossibilitar os indígenas de retornarem para os territórios ancestrais, processo que caracteriza a tentativa na continuidade de espoliamento das terras e genocídio dos povos indígenas, matando suas culturas, se apropriando de seus territórios, onde os mesmos estão vivendo apertados em relação ao aumento populacional na Terra indígena Xaçecó, atualmente são mais de 6.300 indígenas.

E partir do Marco temporal, os professores-pesquisadores e moradores da Terra indígena enquanto lideranças demonstram preocupação, sobre o discurso corrente de que vai ficar muito fácil para sociedade dizer que o índio é vagabundo, sem suas terras, além de denunciarem que não foram consultados sobre as condicionantes da Raposa Serra do Sol, não foram ouvidos pela justiça. Conforme a OIT 169, os povos originários devem ser consultados, no Artigo 6º da OIT: Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente.

Qual conselho deixaria para as próximas gerações? O povo que está no Xaçecó, no início do processo de atividades coletivas, de trabalhos familiares e de trabalhos individuais e nesse modelo de organização, podemos ver o surgimento do modelo político na comunidade indígena, podemos ver que a um líder, um grupo e esse modelo passando de

forma mais hierarquizada, sendo absorvida, aqui no Xaçecó passa de um modelo tradicional, para um modelo formalizado tanto da organizaçãõ inteira, como das famílias.

Desde a aquisição de terras, como novos modelos que vieram surgindo, nós não podemos perder o foco da vivência coletiva, o dia que a comunidade indígena esquecer o trabalho coletivo, é possível que ela acabe desaparecendo, a sobrevivência dos próprios indígenas só existe porque a vida sempre foi coletiva. A gente deixa para as populações futuras, é que não abandonem as questões coletivas, por mais que tenham questões individuais, mas é a vivência coletiva. (BELINO, 2021, 49:43-50:29)

Aconselhamento enquanto forma de educar e orientar faz parte da educação e da transferência de conhecimento, nesse sentido NARSIZO (2021) acrescenta, para as futuras populações indígenas para que não esqueçam de onde vieram e quem são:

um povo guerreiro que temos resistido a mais de 500 anos, de luta e resistência, uma mensagem que eu deixaria hoje para pessoas que vão ver nós daqui 10 anos é que lutem para garantir nosso território, que enquanto nós tiver terra vai ter índio, o dia que não tiver terra indígena acaba-se índio, também preservar nossa cultura e principalmente nossa língua, nosso idioma faz parte da nossa cultura, que nós somos indígenas de cor, sangue mas a nossa identidade não é só isso, esse pensamento que eu deixo, para que lá na frente as pessoas possam pensar dessa forma, não esquecer de onde viemos, que nós viemos daqui, somos originários daqui. (NARSCISO, 2021, 51:05-52:02)

Visto que para falar da construção da Terra indígena Xaçecó é preciso fazer um apanhado histórico, do território nacional, legislação e movimento indígena no etnoterritório visto que estão ocupando território da região central do Rio Grande do sul, Santa Catarina, Paraná e Sul do estado de São Paulo. No Oeste do estado de Santa Catarina, é uma parte pequena do etnoterritório, embora a Terra indígena Xaçecó seja a maior do sul do país.

O que é relevante para a cultura Kaingang na Terra indígena Xaçecó,

tudo que está dentro da cultura, dentro da terra, da nossa mãe, da nossa casa, a terra indígena tudo é relevante, desde o respeito com as crianças desde o nascimento até a morte, depois com o ritual do kiki que é o ritual da passagem do vivo, do espírito com o morto junção do mundo terrestre mais o mundo espiritual, tudo é relevante. Nós só existimos porque nossos antepassados resistiram. Tudo é importante, desde revitalizar o artesanato, o ritual do kiki, a língua, o respeito com os mais velhos, o respeito com a natureza, a relação do índios com os seres ancestrais, com o mundo dos espíritos. [...] Tem algumas coisas importantes, com o mundo civilizado que está hoje e muitos estão nesse processo e não param para ouvir a natureza (...) contemplar o sol, ver as estrelas, ver a lua, ver a água do barulho a noite, já reparou que chega meia noite o vento para a água quieta? Desde o nascimento, desde que acorda, até dormir, seus avós, seus pais, a morte... Kaingang não morre, kaingang faz passagem, nossos velhos fazem a passagem. Tem que a nossa família, o nosso grupo vai desaparecer, quando nós esquecer do nome deles, quando esquecermos da história daquela pessoa, então ade ser preservado para as futuras gerações, toda essa riqueza. (NARSCISO, 2021. 43:24-46:05)

Assim, fica evidenciado a relação da construção da identidade indígena com relação ao etnoterritório, tendo em vista que o território da Terra indígena Xaçecó é uma construção histórica com muitas camadas, de modo que não foi objetivo do trabalho, esgotar as análises em torno da pesquisa, mas evidenciar como a existência indígena de modo antropofágico está ligado ao meio natural enquanto fator sagrado e simbólico. As relações de multiplicidade culturais fazem com que as relações com a natureza sejam ancestrais, com condicionantes naturais que se fundem na relação passado/presente/futuro e corpo/alma/espírito, relações culturais de colonizadores, entram em fricção com o modo de vida originário, assim como as relações com as Florestas e agricultura agroecológica se antagonizam ao modo de produção capitalista das Monoculturas no modo de se relacionar com o território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi objetivo da pesquisa não foi fazer uma análise totalizadora do processo histórico que envolve a Terra indígena Xaçecó, devido serem inúmeras as possibilidades de narrativas e balizas históricas que podem ser feitas, mas fazer uma análise crítica do local e da legislação, além da demarcação e do espaço através metodológica da História Ambiental. Dentro das restrições da pesquisa, trabalhou somente com fontes orais bibliográficas principalmente coletadas da pesquisa do professor-pesquisador, Getúlio Narsizo, antigo morador da Terra indígena, que apresenta grande importância para (re)construção histórica .

Embora as regiões de Fronteiras tenham se deslocado, com emancipação de cidades próximas e tenha caminhado para a redução das Terras Indígenas, reminiscências da cultura indígena estão em todo tempo-espaço, como cemitérios indígenas, se abrindo enquanto possibilidades para pesquisas futuras. Fica acordado no mapa a diferença entre o espaço homologado e o Decreto da demarcação atual do Espaço ao posterior despacho. A espoliação do território cultural indígena, implica em perdas culturais devido um projeto político em Santa Catarina, com respaldo judicial do Estado Federal, que a partir dos órgãos indigenistas contribuíram para a precariedade sistematizada por meio de violências.

Não é possível fazer uma análise onde o tempo e o espaço avancem de forma linear, devido às contradições sociais, dimensões das fronteiras, e rupturas que remontam a

etnopaisagem da Terra indígena Xaçpecó, processo judicial iniciado no Estado do Paraná e passando a Comarca de Xanxerê, assim como a espoliação do território que acompanha do noroeste do Paraná para Oeste de Santa Catarina. Possibilitando perceber que as fronteiras culturais ultrapassam as definições das Fronteiras judiciárias, a exemplo que o cacique Victorino Kondá, está enterrado em Abelardo Luz, com outros cemitérios indígenas também.

Evidenciando o avanço das Monoculturas do espaço, visto que hoje Abelardo Luz, é chamada capital da semente de soja, a terra indígena espoliada está sua área urbana, assim como a Terra indígena Toldo Imbu, em longa disputa judicial, onde cerca de 1.965 hectares são reconhecidos como uso tradicional Kaingang e Terra Toldo Formigas, território espoliado por próprios funcionários do SPI, conforme observado nos documentos de contrato, que essa instituição inaugurou às práticas de arrendamentos, dando sequência as diretrizes da SPILT. Depois a FUNAI dando continuidade ao processo de aparelhamento da organização interna dos povos indígenas, minando relações internas e alienando terras na Terra Indígena Xaçpecó.

O encontro inevitável entre povos indígenas e colonizadores no Oeste Catarinense, evidenciam as diferenças interétnicas, assim como o modo de se relacionar com o meio natural. Processo de colonização que acelerou o processo predatório de Desmatamento, com o aumento populacional, ganhou força o agronegócio, através da Pecuária e da Monoculturas, no projeto de agricultura neoliberal. A exemplo da soja, não mais como produto, mas como commodity. Visto a predominância dos latifúndios que avançam interligados à redução da terra indígena na região Oeste de Santa Catarina. Intensificando-se a partir do século XX e aferindo seu ápice nos dias atuais, adentrando a TI Xaçpecó com arrendamentos desde o início do século, e no século XXI com diferentes roupagens, devido às proibições internas.

O processo histórico é permeado por contradições entre a ordem de discurso e os fatos históricos, de modo que chegando no século XXI com $\frac{1}{3}$ do território, não somente Kaingangs, mas estão presentes “quatro etnias, a predominância de Kaingangs, e Guaranis, Guaranis Mbyá, Xokleng e Kaingangs e Xetás”. (NARSIZO, 2021. 26:05:26:25) Pertencentes a famílias Macro-jê (Xokleng e Kaingang) e Tupi-Guarani (Xetá e Guaranis) reminiscetes de quatro etnias diferentes, processo histórico de migrações do território mais amplo, da América Latina, reduzidos ao mesmo território devido o processo de Aldeamento. Muitas foram as violências praticadas pelo Estado Federal, Estado do Paraná e Estado de

Santa Catarina, juntamente com empresas privadas que causaram danos irreparáveis aos povos originários, em sucessivas tentativas de apagamento de suas culturas e tradições.

Por meio do discurso de assimilação e integração da cultura dos povos originários à identidade nacional, as subjetividades culturais desconsideradas, este é mais um capítulo historicamente construído do genocídio, racismo-territorialista, e roubo do énoterritório. Atualmente, tendo continuidade na investida do Marco Temporal, que afeta diretamente a TI Xaçecó, visto que desconsidera as violação dos direitos que povos originários sofreram antes de 1988, sendo que os direitos originários antecedem o próprio Estado. Implicando diretamente na retomada do território tradicional da Terra Toldo Imbú, Canhadão, e Toldo Formigas. No STF é um processo inacabado, se abrindo como possibilidade de continuar a pesquisa, tendo no espaço a fonte primária do processo histórico de colonização, expropriação e avanço do agronegócio na região Oeste.

Mesmo reduzida com grande parte de seus recursos naturais roubados, a Terra indígena Xaçecó tem maior preservação em relação às cidades, relações de cosmogonia com a natureza, influem para que “imagens de satélite recentes, conclui-se que grande parte das áreas florestais preservadas em nosso país estão situadas em terras indígenas”. (ALMEIDA, Carina, p.41) De modo que a identidade indígena carrega fatores indissociáveis do meio natural em suas culturas, da agricultura doméstica, permacultura e agroecologia devido a ancestralidade com a terra e a natureza, juntamente com as línguas maternas, costumes, tradições, simbolismos que compõem fronteiras fluidas, assim como as fronteiras culturais, a Floresta de Araucárias apresenta relações e ecossistemas próprios.

Portanto, o etnoterritório da Terra indígena Xaçecó historicamente construído, carrega singularidades com relação a cosmogonia dos povos originários, através de muita luta e derramamento de sangue indígena, que resistiram ao processo de violência sistêmica do qual foram submetidos, devido o roubo gradativo das terras tradicionais. Desse modo, as narrativas objetivaram, o direito justo a memória, legitimar o direito às terra de natureza originária, de suma importância que sejam assegurados os direitos dos povos indígenas, autonomia interna, direito à consulta e principalmente a demarcação das terras tradicionais, de modo garantir seu usufruto, para reprodução física e cultural na TI Xaçecó, marco da resistência histórica de quatro etnias indígenas em Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carina Santos de; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **A luta pela terra em território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xapecó (SC/Brasil) ao longo do século XX.** Anos 90 (Online). Porto Alegre, v. 18, p. 279-303, 2011.
- DRUMMOND, J. A. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** Estudos Históricos, v.4, n.8.1991.
- NARSIZO, Getúlio. **As Várias Faces da Violência na Terra Indígena Xapecó Século XX (1902 – 1989).** Florianópolis: Departamento de História da (ufsc), 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (p.153-177)
- MARÉCHAL, Clémentine Ismérie; HERMANN, Herbert Walter. **O xamanismo kaingang como potência decolonizadora.** 2018. Porto Alegre RG. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pd.f/ha/v24n51/1806-9983-ha-24-51-339.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2018.
- MORETTO, Samira Peruchi. **Meio ambiente e sociedade: as transformações na paisagem do oeste catarinense, na segunda metade do século XX.** Periódicos UFG, 2017. (p.107-120)
- NACKE, Anelise. BLOEMER, Neusa. **As áreas indígenas Kaingang no oeste catarinense. Os Kaingang no oeste catarinense. Tradição e atualidade.** Chapecó: Argos, 2007. (p.43-89)
- MANFROI, Ninarosa. **Antônio Selistre de Campos e as questões indígenas no Oeste de Santa Catarina.** Cadernos do CEOM, 2019. (p. 340-355)
- WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v.4, n. 8, 1991.
- LAPPE, Emelie. **Natureza e Territorialidade; um estudo sobre os Kaingangs das terras indígenas, linha Glória\Estrela por fi gâ São Leopoldo e Foxá\Lajeado.** Lajeado: Bdu Biblioteca Digital Univates, 2012.
- OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. **Comida forte e comida fraca: alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingáng da terra indígena Xapecó (Santa Catarina, Brasil).** Florianópolis. Repositório da UFSC, 2009.
- LINO, Jaisson. RODRIGUES, Jessica. **Representações sobre os indígenas no Oeste Catarinense Análise das publicações do jornal Diário do Iguazu (2001-2017).** Acervo, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-20, maio/ago. 2021.

NÖTZOLD, Ana Lúcia. ROSA, Helena. **ENSINO, SABERES E TRADIÇÃO: ELEMENTOS A COMPARTILHAR NAS ESCOLAS DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ/OBEDUC (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO)**. UFSC. Florianópolis. 2014.

PAULA, Rute. BERNARDI, Luci. SOUZA, Maria. **Kairós e Chronos: sobre os tempos e a cosmologia Kaingang**. Tellus, Campo Grande, 2021. p. 87-114, maio/ago.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec. 1996.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs.) **História, cultura e educação indígena: protagonismo e diversidade**; Porto Alegre: Pallotti. LABHIN/UFSC, 2017.

PERES, JACKSON. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**, UFSC. Florianópolis, 2009.

RODRIGUES, Aline. **FRONTEIRA E TERRITÓRIO: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO**. NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/NURBA, 2015.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CNV. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. V. I e II. Brasília, 2014.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa**. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, pp. 349-371, 2011.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, 2015.

ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xaçepé**. Florianópolis, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa: **La globalización del derecho. Los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Universidad Nacional de Colombia - facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (ILSA), 1998.

MELIÁ, Bartomeu. **O encobrimento da América**. In: ZWETSCH, Roberto (Org) 500 anos de invasão 500 anos de resistência. São Paulo: Ed. Paulinas: CEDI, 1992.

SANTOS, Gilmar Mendes. SANTOS, Paulo Roberto. **Práticas culturais Kaingáng na Terra Indígena Xaçecó: Relatos sobre a caça e pesca na aldeia Olaria.** Florianópolis, Janeiro de 2015

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FONTES

Artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

Decreto n.º 7, de 18 de junho de 1902 - CF 88.

Decreto de 10.652, de 16 de outubro de 1942 - CF 88.

Decreto 30 OUT 1991 - Diário Oficial Seção 24049 n.º 297 de outubro de 1991. Comarca de Xanxerê.

Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 - CF 88.

Recibo de arrendamento de “capoeiras” pelo SPI na TI Xaçecó, em 1943.

Consulta processual-jurídica da TI Xaçecó - site Oficial da FUNAI 2019.

Decreto de Terras e Demarcação da TI Xaçecó pela Comarca de Xanxerê em 1995.

Elaborado por Carina S. de Almeida a partir de Mapa de Biomas/IBGE (2004) e HUECK, Kurt. As florestas da América do Sul. Ecologia, composição e importância econômica. São Paulo: Ed. Polígono e Ed. UnB, 1972. p.213. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

KLEIN, R.M. MAPA 02: Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina, elaborado por Roberto Miguel Klein – Herbário “Barbosa Rodrigues” - Itajaí-SC, 1978/ Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC. 1978, p.22.

Elaborada e adaptada por Carina Santos de Almeida e pelo geógrafo Alexandre Luiz Rouber a partir da base cartográfica do IBGE, 2011. Acervo LABHIN-UFSC.

Recorte do jornal - A Voz de Chapecó, edição de 03 de julho de 1949. Acervo CEOM.

TI Xaçecó X Marco Temporal, AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA- NÚCLEO IEB CACIQUE VANHKRE. son..color. 2021. Acesso em 3. dez de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7no403iWJiA>